



## MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

### ACTA N.º 21

Sessão ordinária de Dezembro

2.ª Reunião de 30-12-1998

Aos trinta dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, José Augusto Fernandes Júnior, Álvaro Patrício do Bem, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, João José Ferreira da Maia, Manuel Simões Madaíl, Diniz Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Libério da Silva Santos, Jorge Carvalho Arroiteia, Armando Manuel Dinis Vieira, João Pedro Simões Dias, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Manuel Branco Pontes e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos vogais: José Augusto Fernandes Júnior e Élio Manuel Delgado da Maia, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra o Sr. Presidente da Mesa, deu conhecimento ao plenário, de uma pretensão da Câmara de alterar a ordem de trabalhos, ou seja, mudar o ponto n.º 3 para n.º 2 e o n.º 2 para n.º 3 para assegurar que o tema da Contribuição Autárquica seja discutido ainda no corrente ano. Colocado à discussão não houve intervenções. Posto à votação foi o mesmo aprovado por maioria de vinte e um votos a favor e uma abstenção.

#### PONTO N.º 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Presidente da câmara:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Permitam-me, antes de entrar na Comunicação, de tecer alguns comentários sobre algumas coisas que se disseram aqui ontem. Devo dizer que foi com alguma tristeza, que ouvi aqui observações que eu penso não dignificam esta Assembleia. Desde afirmações do género de que “alguém teria andado a comprar votos”, o que é de facto, um insulto à democracia e nos tempos que correm é perfeitamente descabido; comentários sobre honorabilidade técnica e profissional de terceiros, sem hipótese de se defenderem; eu acho que em política não deve valer tudo, com franqueza. E, acho que, os Aveirenses esperam de nós que sejamos muito críticos em relação aos projectos e opiniões que todos possamos ter, mas não esperam de nós, que esta Assembleia sirva para trocar insultos e comentários deste tipo. Portanto, quero lamentar que isso tenha sucedido, provavelmente*

*também terei contribuído para que isso possa ter acontecido e queria penalizar-me por isso. É muito fácil nós insultarmos-nos uns aos outros e certamente que não é isso que os Aveirenses estão à espera que nós façamos. Eu fui aqui interpolado directamente sobre coisas concretas - e vou esquecer nos termos em que o fui - mas como não tenho nada a esconder da Assembleia eu queria dar essas respostas.*

*Começando por um caso que é desagradável, porque é um caso pessoal, mas que foi aqui directamente posto em causa, que é o caso do Dr. José Gonçalves. Eu queria dizer a esta Assembleia, que a contratação do Dr. José Gonçalves foi nos termos da Lei; a Lei foi cumprida. É um homem de confiança técnica, conhecidamente de confiança política porque fazia parte da lista. Quero lembrar, que nenhum dos elementos que foi contratado pela gestão PP, no mesmo quadro da confiança política, foi despedido quando eu cheguei à Câmara; estão lá todos. E, se houver erros dos meus colaboradores ou dos serviços da Câmara, eu respondo pelos erros todos como sou beneficiário de todos os seus méritos. Portanto, acho que é de uma deselegância enorme tecerem-se comentários sobre a competência profissional de pessoas que não se conhecem que não se podem defender. Depois queria dizer o seguinte: pela primeira vez nesta Assembleia e com toda a clareza, para que não mais seja acusado de estar a omitir o que quer seja, devo dizer que pedi que me verificassem todas as actas da Assembleia Municipal (porque fui aqui acusado de ter mentido sobre quanto ganhava o Dr. José Gonçalves), não se encontrou nenhuma referência nessas mesmas actas ao montante do vencimento do Dr. José Gonçalves e, portanto, eu desafio publicamente a pessoa que me fez essa acusação (no mínimo ligeira), a demonstrar que eu menti à Assembleia. Mas, se essa acta aparecer, eu quero dizer como disse ontem também que eu próprio fiquei surpreendido quando o montante dos seiscentos e quarenta e tal contos, porque contabilisticamente não tinha de facto, antecipado, que haveria que somar o valor do IVA. Portanto, se tiver havido uma discrepância entre o valor que eu referi e o valor que de facto a contabilidade tem que calcular, isso obviamente não traduz um dolo, não traduz uma intenção de defraudar a Assembleia. Em todo caso, gostava que essa acta aparecesse que é para dar fundamento e alguma consistência a pessoas que fazem acusações dessa gravidade e que francamente desprestigiam esta Assembleia.*

*O Dr. José Gonçalves ganha 550 contos mais IVA menos IRS. Líquidos recebe 535 contos. Está a tempo inteiro e nunca esteve a meio tempo, isso é outro erro que ainda hoje vi outra vez escrito nos jornais. Não recebe décimo terceiro mês, não recebe subsídio de férias, e tem dossiers importantíssimos. Queria apenas dizer isto: o trabalho do Dr. Gonçalves e das outras pessoas que estão envolvidas, já permitiu só este ano Srs. membros da Assembleia, que com o trabalho de reorganização dos armazéns gerais se tivessem poupado 130 mil contos. Os armazéns gerais que o ano passado tinham custado 240 mil contos, este ano custaram aos cofres do município 103 mil contos. Só por isso o que ganha o Dr. José Gonçalves, que pelos vistos provoca muitos engulhos a muita gente, já teria valido a pena. Mas o Dr. Gonçalves está associado também a outros projectos. Está associado ao projecto da “Aveiro Digital”; são trezentos e tal mil contos que vêm para Aveiro, é um projecto que está a ser dirigido pelo Dr. Gonçalves e por aí fora. Com franqueza, aquilo que se fez aqui ontem, por razões de circunstancialismo político ou outro, que eu ignoro, foi muito infeliz.*

*A lista dos avaliadores. Foi um interpelação que foi feita, já tenho esses elementos comigo. Foi de facto constituída uma comissão de avaliadores que seleccionou os projectos todos, composta pelo Dr. Emanuel Serralho da Câmara Municipal de Évora; Eng.º José Cota, que trabalha na Comissão Europeia em Bruxelas; Prof. Altamiro Barbosa Machado, que trabalha no Departamento de Informática da Universidade do Minho; Eng.º Arístides Fernandes de Carvalho, da Associação de Municípios Portugueses; Eng.º Júlio Cardoso, indicado pela União Europeia; Prof. Eurico Carrapatoso, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Eng.º Jorge Grazina, que trabalha na Comissão Europeia na DG13; Eng.ª Maria Filomena Carvalho, trabalha na Comissão também na DG16; Prof. Borges Gouveia, trabalha na*

*Faculdade de Engenharia do Porto; Prof. Carlos Pires Correia, trabalha na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Dr. José Carlos Gil Teixeira, no Centro Informático de Coimbra; Eng.º António Matias Gil, trabalha numa empresa penso que é a Digital; Eng.º Rui Pedro Lopes, que é de Bragança. Este foi o painel de avaliadores a quem foram submetidos todos os projectos apresentados no âmbito do “Aveiro Digital” e que seleccionaram aqueles que agora vão ser aprovados.*

*Entrando agora na minha comunicação. Eu gostava de salientar alguns factos que me parecem importantes e que ocorreram neste trimestre. Desde logo a adjudicação das obras dos Paços do Concelho. Uma das grandes apostas deste Executivo foi, desde o início, a de encontrar novas instalações para os serviços camarários, por várias razões, porque acho que os funcionários estão mal instalados e estando mal instalados não têm condições de prestarem um bom serviço aos nossos munícipes. A reabilitação dos Paços do Concelho é por essas razões, mas também por razões que têm a ver com a defesa do nosso património; é importante a esse título. E foi possível através do financiamento do Estado encontrar uma participação importante. Está adjudicada a obra por 336 mil contos, valor mais elevado do que aquele que estava inicialmente previsto, mas é uma obra complexa que exige pequenos trabalhos de especialidade (dourados, ferragens, vitrais etc.) não é uma engenharia civil simples. Portanto, é com grande satisfação que podemos registar isso, este ano o ano da transferência dos serviços e o ano da recuperação do imóvel. O prazo de execução é de 10 meses e temos alguma garantia de que ele será cumprido, porque o consórcio ganhador foi o mesmo que recuperou os Paços do Concelho em Lisboa na sequência do incêndio de há pouco tempo, onde foi feito de facto um trabalho notável e dentro do prazo.*

*O início do ano, será também o da transferência dos armazéns gerais para as novas instalações. O processo arrastou-se mais do que aquilo que desejávamos, não o escondo, há uma hipoteca que tem de ser liberta e estamos à espera que nas primeiras semanas de Janeiro ela venha a ser desbloqueada. Com esta mudança e a saída deste edifício onde nos encontramos das finanças, cuja transferência já começou; hoje mesmo os nossos serviços já estiveram a retirar os primeiros móveis da cave e vão proceder à pintura das paredes e à recuperação de coisas mínimas que estão a necessitar e os serviços irão ser transferidos para este edifício. A Assembleia Municipal, na sequência de uma carta que eu dirigi ao Sr. Presidente, durante o período das obras passaria a reunir no Centro de Congressos, e procuraremos lá encontrar instalações condignas para esse efeito.*

*Novembro, é um mês histórico para Aveiro. É o mês em que se concretizou a aquisição do Teatro Aveirense e não queria deixar passar em claro isso. Aqui e depois no sítio certo, ou seja, levando a cabo um grande espectáculo, um espectáculo de qualidade que simbolicamente manifeste a nossa alegria, a satisfação de todos, por poder entrar na posse do Teatro Aveirense. Antecipamos agora um ano de transição, onde é necessário encontrar os financiamentos, é necessário pensar na programação, é necessário pensar na reformulação do espaço a pensar nessa programação, que tipo de teatro é que vamos ter? Vamos restaurar o Teatro que existe ou vamos ter um Teatro com outras características. Portanto prevejo um ano de transição para esse efeito, após o que o Teatro pode entrar num ritmo diferente. Fizemos um esforço muito grande neste final de ano para conseguir levar a concurso uma série de obras importante e que consideramos de facto sensíveis. Assim, estão neste momento para publicação no Diário da República (e foi um esforço em relação ao qual eu gostaria de louvar os nossos serviços, porque foi de facto exigido um trabalho suplementar para que estas metas pudessem ser cumpridas) estão em concurso o parque de estacionamento na Marquês de Pombal; a concessão do pavilhão Multi-usos; o projecto de execução do lago da fonte nova; a execução da pedonalização da rua Direita até às pontes; o projecto de concessão e construção do novo Parque de Feiras e Exposições; o projecto de execução da área envolvente do pavilhão do Galitos, onde em Junho vai decorrer o campeonato do Mundo de basquetebol júnior (e sabemos*

*já, que tivemos a sorte de por sorteio Portugal vir a ser escolhido para jogar em Aveiro); estão adjudicados o primeiro troço do Eixo-Estruturante; projecto de hidráulica e infra-estruturas da pista de remo do rio Novo do Príncipe; execução da passagem hidráulica sob o caminho de ferro na Forca-Vouga; enfim, há uma série de obras que são importantes, algumas mesmo estratégicas, estão todas a concurso e temos a expectativa de este ano entrarem todas em obra.*

*Abriu o aterro inter-municipal, é outro facto importante que vale a pena relevar. No quadro desse aterro está a ser executado todo o saneamento da zona industrial; vamos ter pela primeira vez zona industrial com saneamento. Protelámos a abertura do aterro até que estivessem criadas condições técnicas para que os lixiviados pudessem ser encaminhados para o sistema de saneamento e não para as valas, como até então. Começou a ser selada a lixeira tradicional que todos conhecem, além disso continua de pé a meta de chegarmos ao fim do mandato com uma taxa de execução de cobertura do saneamento à população de 90% .*

*Na actividade cultural, além da aquisição do Teatro Aveirense, que é de facto a actividade marcante deste período, eu gostava de focar a homenagem ao Dr. David Cristo, que é uma figura maior da nossa cultura. Foi uma homenagem promovida pela Federação Distrital dos Bombeiros e pelo Clube dos Galitos a que a Câmara se associou desde muito cedo e que tardava. O seu nome passa agora a fazer parte da toponímia citadina, naquela rua que vai da ponte de S. João para a Lota e no futuro virá a ser uma artéria de grande circulação e de grande animação.*

*Editamos também um livro do Dr. Amaro Neves, sobre “Arte Nova”, dentro da política de valorizar tudo o que se relaciona com a “Arte Nova” em Aveiro. Tivemos o privilégio de ter entre nós o produto e a criatividade dos nossos “Jovens Criadores”. Foi uma amostra provocadora, como é natural, com alguns aspectos muito interessantes, mas portanto, porque a Cultura se faz também nestes segmentos que cortam com o convencional e desafiam novas correntes estéticas e novas pistas de reflexão, foi penso eu, muito proveitoso para a nossa juventude.*

*Depois temos também a aquisição de dois terrenos, são dois terrenos importantes. A Quinta da Condessa (alguns devem conhecer) é uma propriedade excelente, tem 203 mil metros quadrados, fica em Taboeira, é adquirida por um preço francamente convidativo (130 mil contos), estamos a comprar a 500 escudos por metro quadrado. Tem os restos de uma antiga casa senhorial, com vários anexos, adega, cavalariça, capela, tudo muito degradado, tem sobretudo este enorme terreno com muitas árvores, bosques, riachos, etc, é uma área muito bonita e pensamos que pode ter interesse para a Câmara a vários níveis. É uma excelente oportunidade para a Câmara, portanto pensamos que se devia comprar. É um sítio excelente para instalarmos o novo canil municipal, é um sitio excelente para instalarmos uma quinta pedagógica, com a adega a funcionar, com a agricultura a ser trabalhada, com as vaquinhas a serem mugidas, com todas as alfaias agrícolas presentes, com um caseiro que possa servir de guia a todos os miúdos das nossas escolas e de todas as escolas da região visitarem, ajudarem nos trabalhos e perceberem como é que era a agricultura tradicional, além de outros tipos de utilizações mais frívolas como recepções a embaixadas que felizmente nos visitam com frequência e sentimos algumas dificuldades em encontrar de facto um espaço com essas características. Convido toda a gente a visitar, acho que é uma excelente aquisição para a Câmara. A Quinta da Médica é uma outra abordagem, trata-se de um terreno que é necessário. É um terreno com 43.725 m<sup>2</sup>, que custa 165 mil contos e que é necessário ao desenvolvimento de três projectos estratégicos e consensuais do Plano Estratégico, portanto pareceu pacífica a sua aquisição. Trata-se do Eixo-Estruturante, é necessária para o seu desenvolvimento. É necessária para a implantação do Parque de Feiras e do pavilhão Multi-usos e, portanto, propõe-se à Assembleia que aprove e ratifique esta aquisição.*

*Enfim, submete-se a esta Assembleia, iremos ter oportunidade de conversar mais detalhadamente sobre isso, o primeiro Plano de Actividades e Orçamento que é elaborado de*

raiz por este Executivo. Trata-se, assumidamente, de um documento ambicioso. Há um aumento significativo das despesas e das receitas; atingimos um montante global de 12.477.917.000\$00, o que significa um aumento em relação ao Orçamento de 1997 (que era de 7.181.510.000\$00), de 5.925.000.000\$00, e um aumento em relação ao orçamento já revisto em 98 de 3.218.847.000\$00. É um salto de facto importante, que reflecte uma atitude política que sempre esteve presente na nossa candidatura e na nossa gestão - é de que Aveiro não pode ficar parado, tem de ser ambicioso, tem de saber encontrar os meios de receita para fazer face às muitas despesas que tem que fazer - e de facto, nós temos muitas despesas para fazer, são todos os grandes projectos que vêm elencados no Plano de Actividade (alguns novos outros que vinham de trás) e queremos cumprir. Para cumprir temos de encontrar receitas, julgo que as estimativas que fazemos, tendo por base pressupostos generosos, (não o escondo) são susceptíveis de conseguir realizá-los. Portanto, é um desafio que temos pela frente. Temos por um lado receitas contratualizadas com o Estado, que são muito importantes e que aumentaram bastante. Temos por outro, novos instrumentos financeiros internos que estamos a desenvolver. Esses dois factores conjugados com um ambiente propício, designadamente ao nível da economia e das taxas de juro e de algumas perspectivas boas, designadamente na venda de terrenos e de alguns processos que desbloqueamos, fazem-nos acreditar que temos uma receita capaz de responder a estas muitas despesas. Há outro desafio, que não é só o de encontrar receitas, é o de sermos capazes de gastar. E, para sermos capazes de gastar tanto dinheiro temos de fazer um enorme esforço este ano. A máquina administrativa da Câmara tem de funcionar, eu não diria a 100%, tem de funcionar a 110%, tem que haver muito trabalho suplementar, muita eficiência, muito profissionalismo, muito amor à camisola, para que estes projectos (alguns empolgantes), possam de facto ser desenvolvidos a tempo de se conseguirem cativar esta verbas.

Enfim, eu rematei a minha comunicação com a visita do Dr. Jorge Sampaio a Aveiro. O Sr. Presidente concedeu-nos a honra de vir visitar um dos projectos que está integrado no combate nacional de “Luta Contra a Pobreza” e como eu na altura tive oportunidade de sublinhar ao Sr. Presidente da República, felizmente em Aveiro temos uma situação que do ponto de vista do parque urbano de características sociais não é especialmente grave, isto é, temos bons bairros sociais (podemos discutir a arquitectura), os problemas sociais têm vindo a ser controlados a níveis razoáveis, temos boas equipas de acompanhamento no terreno, e queria aqui destacar os nossos serviços de acção social e as Florinhas do Vouga. Mas, há naturalmente muito para fazer e uma das coisas que vão encontrar no Plano de Actividades, é um reforço enorme na verba para habitação social, justamente para manter esta boa herança do anterior Executivo, este equilíbrio da procura e oferta de habitação social, mas para podermos manter esse equilíbrio é preciso investir muito na habitação social e estamos dispostos a fazê-lo.

Finalmente, e antecipadamente penitenciando-me pelo facto, mas de facto os computadores têm lógicas que muitas vezes nos causam dissabores, ao rever o texto já depois de ser distribuído, de facto detectaram-se algumas “gralhas” e, portanto, com toda a humildade, com a pressão do prazo o computador “comeu” algumas referências importantes, estou a pensar no nome de algumas Juntas de freguesia que desapareceram, enfim o computador “comeu” algumas linhas. Portanto, substituímos essas páginas e substituímos também a página da nota introdutória ao Orçamento e o mapa da venda de terrenos. Essas folhas já foram distribuídas e eu peço a vossa indulgência, haverá outras certamente, mas pelo menos estas foram detectadas a tempo de puderem ser substituídas, para poderem fundar a vossa análise em bases mais rigorosas. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Entretanto entraram na sala os vogais Joaquim António Gaspar Melo Albino, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Luís Miguel Capão Filipe, Victor Manuel da Silva Martins e Ana Carla Guerra de Miranda Macedo.

Presidente da Mesa:

*“Intervenção interessante. Isso da Quinta da Condessa de Taboeira, se calhar só por si não justifica uma visita, mas talvez a Câmara pudesse fazer um itinerário (quando estiver mais bom tempo), para a Assembleia visitar. Depois se decidirá se é informalmente se é em Assembleia constituída, mas a Câmara podia fazer um roteiro para a Assembleia ir visitar (não é inédito, já foi feito noutros mandatos) alguns pontos e fornecer o respectivo transporte. Deixo essa ideia. Outra, é associar-me à homenagem ao Dr. David Cristo, foi uma homenagem bonita e justa, a atribuição do nome de uma rua. O Dr. David Cristo foi um homem de relevo do município e que prestigiou o nome de Aveiro e enriqueceu Aveiro. A homenagem que foi prestada não foi excessiva, pecou porque esqueceram-se os organizadores de algumas facetas da múltipla capacidade do Dr. David Cristo que era por exemplo um excelente fotógrafo, ele era por fases, quando se interessou pela fotografia produziu fotografias magníficas. Além disso, esqueceram-se um pouco da faceta de advogado do Dr. David Cristo, foi um excelente advogado desta comarca, não exactamente até ao fim da sua vida, porque quando saiu o novo código ele estava um bocado farto da advocacia e não se actualizou muito, mas foi durante muitos anos um excelente advogado. E, por sucessão de seu irmão José Cristo, também um magnífico advogado, foi um dos primeiros a trabalhar no foro laboral, quando havia uma grande ignorância do que isso fosse, porque os Tribunais do Trabalho estavam a encetar os primeiros passos. Pessoalmente associei-me com gosto a essa homenagem. Queria ainda dizer o seguinte, com toda a consideração estima e apreço para com a Câmara e o Sr. Presidente, muito ilustre, mas Sr. Dr. Alberto Souto cometeu aqui uma ligeira subversão, que é esta: é a Câmara que está passiva de censuras da Assembleia, e a Assembleia não pode sofrer censuras da Câmara. E devo dizer que, o nível ético e social e cordial das intervenções na Assembleia, têm-se quedado em nível meritório, independentemente de ocasionalmente haver uma descaída, um fogacho, uma irreverência, uma agressividade, mas dentro de limites razoáveis que não põem em causa o brio da Assembleia que todos queremos prestigiada. E o episódio do Dr. Gonçalves, a Assembleia faz controle sobre a Câmara em duas vertentes: controle da legalidade, tem essa obrigação estrita de fiscalizar a legalidade e controle político em termos de voluntarismo, em termos de opções ideológicas e de regras de prática política. E a história do Dr. Gonçalves, se de algum modo de avultou foi por culpa da própria Câmara que a trouxe aqui, mal comparando é como a história do Presidente Clinton, que foi cedendo às perguntas, ficando cativo da abertura que deu. A contratação do Dr. Gonçalves, não é do foro de controle de legalidade desta Assembleia, ponto final. Controle político sim. É evidente que, se a Câmara contratar um técnico, por muito ilustre que seja, e pagar 10 mil contos por mês, aí já a Assembleia em termos de controle político poderá dizer: que despautério é esse... mas penso que, tirando alguns excessos de linguagem a Câmara e o seu Presidente em particular, que é uma pessoa que todos estimamos e respeitamos, não tem razão de agravo excessivo desta Assembleia, embora no calor da disputa política haja uma palavra mais tonificada que possa sair. Bem se compreenderá estas considerações, porque eu sendo Presidente da Mesa, também me cumpre fiscalizar e acautelar e controlar, os excessos das intervenções. Posto isto, vamos passar à apreciação da Comunicação escrita.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Eu gostaria de lhe agradecer a sua intervenção anterior, nomeadamente, no que diz respeito às relações entre a Assembleia e a Câmara Municipal. Penso que foi bastante clara para todos nós. Pudémos perceber quais são os limites de intervenção de cada um dos órgãos e de cada uma das pessoas em particular. Reportando-me à reunião da passada 2.ª feira, gostaria de chamar à atenção para um pequeno pormenor acerca das relações entre as pessoas. Nós aqui felizmente somos todos iguais, tratamo-nos pelos títulos mas somos todos iguais, o que significa que todos nós temos o direito de intervir sobre os*

*assuntos que são do interesse do município. Por esse motivo, não me parece razoável que seja invocada a profissão de alguns membros desta Assembleia, para tentar impedir ou denegrir as suas intervenções sempre que elas se referem a actividades que de alguma forma possam estar ligadas com a sua actividade profissional. O facto, de eu e mais alguns colegas de bancada sermos professores universitários e noutras haver professores do ensino superior, não nos pode impedir, de enquanto cidadãos e enquanto representantes de quem nos elegeu, levantar aqui as questões, que sendo do interesse da cidade, de alguma forma possam afectar a Universidade; como cidadãos temos todo o direito de questionar o que é que a cidade melhor pretende da sua Universidade, do seu Hospital, das suas Repartições, das suas Empresas, etc. E já agora, permitam-me também que faça um comentário adicional. Antes de se pronunciarem sobre a Universidade, por favor saibam como é que ela funciona e saibam que a Universidade tem diversos órgãos, nos quais diversos professores participam e, portanto, não é apenas por vontade de uma pessoa (por muito cara que ela nos seja) que se impõe; é dos órgãos, é da Universidade como um todo. Portanto, por favor, vamos ter algum cuidado nas réplicas às intervenções dos professores universitários desta casa, da mesma maneira que temos nas réplicas às intervenções dos advogados, dos médicos, dos agricultores, dos operários, etc.*

*Feito este comentário, passaria então à intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Eu agradeço ao Sr. Presidente da Câmara, ter esclarecido, acerca de uma questão levantada de uma forma que eu não partilho, mas levantada na última Assembleia, sobre o vencimento de um dos assessores da Câmara. Agradeço-lhe por um motivo muito simples, é porque independentemente das questões de obrigação, de facto, a transparência é fundamental para a boa relação entre os diversos órgãos. O Sr. Presidente não tinha nada a esconder, não escondeu, veio aqui hoje e trouxe os números certos. Deixe-me só se me permite, dar-lhe um conselho, não procure justificar-se quando não sabe a justificação; justifica depois. Mas relativamente a isto deixe-me dizer-lhe uma coisa: eu aprecio muito a sua capacidade e a sua vontade de defender os seus colaboradores (é isso que todos nós devemos fazer), o último responsável é o Sr. Presidente e, portanto, deve responder pelos seus colaboradores. No entanto, devo lembrar, que há algumas reuniões atrás, um ilustre membro da bancada do partido que suporta esta Câmara, suporta o Sr. Presidente, chamou à atenção, para possíveis incompetências de funcionários da Câmara e o Sr. Presidente até hoje ainda não trouxe nenhuma informação sobre o assunto. É verdade que na altura não foram citados nomes, e daí eu perceba a pressa e justificadíssima na minha óptica, em nos vir dar a justificação sobre um dos seus assessores, cujo nome foi mencionado, mas seria também interessante que o Sr. Presidente tivesse respondido ao ilustre membro da sua bancada, que levantou suspeitas sobre a qualidade dos colaboradores da Câmara. Suspeitas, que aliás, não estão nada de acordo com a sua comunicação à Assembleia, em que fala no esforço, zelo profissional e capacidade, etc. Portanto, penso que lhe teria ficado bem se tivesse feito o mesmo nessa altura.*

*Gostaria também de lhe agradecer a lista de avaliadores que eu lhe pedi e que hoje me deu, fico satisfeito de reconhecer nesta lista de avaliadores, competência das pessoas que aqui estão e de com isso tudo mais uma vez, em nome da transparência dos processos, podermos ficar tranquilos quanto aos motivos das decisões. Isso é muito importante na minha opinião.*

*Já agora se me permite um pequeno comentário à intervenção do Sr. Presidente da Assembleia, em relação à homenagem ao Dr. David Cristo, devo dizer que um país que esquece Vasco da Gama, pode esquecer muitas outras coisas.*

*No seu documento, eu gostaria de regozijar-me pelo seu voluntarismo em fazer as coisas, porque é certamente esse voluntarismo que explica a abertura de concursos de importantes obras em terrenos que não são da Câmara, e cuja aquisição ainda não foi objecto de aprovação por esta Assembleia. Eu percebo que é uma questão de voluntarismo, espero que esse voluntarismo se mantenha no resto do mandato.*

*No que diz respeito ao saneamento, mais uma vez eu gostaria que o Sr. Presidente tivesse sido mais preciso, para evitarmos estar a repetir todos os dias que o saneamento prossegue nas freguesias tais e tais; que o Sr. Presidente nos desse uma ideia da obra executada, porque assim permitia-nos avaliar dos avanços de cada trimestre. Por outro lado ainda, a Câmara Municipal participou em diversas iniciativas (que estão enunciadas na página 2 da sua Comunicação), e eu gostaria que nos informasse qual a participação efectiva da Câmara. Por exemplo: qual é a participação efectiva da Câmara nas obras de recuperação da fachada do Museu de Aveiro? Qual foi a participação efectiva da Câmara na Mostra Nacional dos Jovens Criadores? Ser mais claro, para que nós tenhamos a noção exacta daquilo que a Câmara está a fazer. Relativamente à “Presidência Aberta” em Eixo... bem, eu congratulo-me com esta extensão às freguesias, das iniciativas tomadas em tempo pelo agora menos amado presidente Mário Soares (menos amado nas suas hostes), mas este parágrafo que aqui está, não está de forma nenhuma de acordo com aquilo que ouvimos o Sr. Presidente da Junta Freguesia de Eixo, dizer na última reunião.*

*Finalmente, gostaria, se tal me é permitido, de perguntar quais foram os resultados conseguidos até agora pela Câmara Municipal de Aveiro, na Sociedade Aveiro Basket. Os desportivos eu sei, eu leio os jornais, infelizmente não são aqueles que nós esperaríamos, mas os resultados em termos da gestão, os indicadores normais de gestão de uma sociedade deste tipo.*

*O relatório dos Serviços Municipalizados, eu tenho algumas questões a colocar. São feitas afirmações que carecem de fundamentação. Há coisas que eu não percebo, nós estamos em Dezembro, há análises de Novembro que não aparecem aqui (o que me parece estranho), dizem respeito às águas e saneamento; parece-me estranho que os atrasos sejam tão grandes. Por outro lado eu gostava de saber se por acaso estão feitos estudos da rentabilidade e da manutenção da frota dos Transportes Urbanos? E, gostava também, que me dissessem de uma forma mais clara, onde estão os outros quilómetros feitos pela frota que aqui não estão inventariados? E por outro lado, que acções é que foram tomadas no sentido de diminuir o trabalho na cobrança de recibos? E finalmente, gostava que me explicassem o aumento da dívida dos Serviços Municipalizados? Muito obrigado.”*

**Vogal Gaspar Albino:**

*“Obrigado, Sr. Presidente. Pedi a palavra para falar de David Cristo. Fui um aluno de David Cristo, não na estrita asserção que a palavra aluno tem, mas fui um aluno na vivência que David Cristo me permitiu, e que com as suas qualidades de pedagogo, muito me ensinou para um correcto exercício de cidadania. A homenagem a David Cristo tardou, mas foi feita. Tive a honra de pertencer à comissão promotora. Eu que fui um ávido aluno de David Cristo, homem verdadeiramente assombroso no seu eclectismo e na sua versatilidade, de tal modo, que a comissão promotora da homenagem talvez tenha deixado cair algumas das suas facetas e que deveriam ser realçadas; tal o seu mérito. Como membro da comissão promotora dessas faltas peço escusa; se bem que lamente. Houve contudo aqui um pequeno remoque - esquecemo-nos de falar dele como fotógrafo - devo dizer que não nos esquecemos. Eu próprio na inauguração da exposição de David Cristo, referi que ele, vindo da Suíça, onde tinha estado em tratamento por conta de maleita grave, trouxe para Portugal o primeiro laboratório amador para produzir fotografia a cores. Ele não era apenas o esteta, que agarrava na câmara e regista na película a imagem que a sua óptica garantia, ele era o homem que levava as coisas até ao fim, levando-as até ao seu laboratório onde ele fazia ensaios maravilhosos. Houve outras particularidades de David Cristo. Alguém fala dele como sonoplasta? No entanto, ele era um conhecedor profundo da matéria e isso não foi referido. Mas a verdade é que, como diz o nosso Presidente Dr. Candal, que com ele privou por conta da “Toga”, a verdade é que ele foi referido no “in memorial” pelo seu estagiário Vaz Duarte, de uma forma muito curiosa e até com mérito literário. Eu como amigo dele, que guardo dele a melhor das imagens, como aveirense que*



*também me confesso grato por David Cristo, só me limito aqui e agora a dizer que a Câmara de Aveiro, através do seu Executivo, acolheu as iniciativas da comissão promotora, deu-lhe cobertura e ajudou a dignificar o nome de David Cristo. Não tenho nenhum pejo em me confessar, também grato, como cidadão aveirense, por esta participação activa que a Câmara teve na homenagem há tanto tempo devida ao cidadão David Cristo.”*

Vogal Virgílio Nogueira:

*“Sr. Presidente, Caros Colegas. Depois de ter lido a comunicação do Sr. Presidente da Câmara e de ter escutado as palavras que aqui proferiu, tenho de dizer em abono da verdade, que não partilho do optimismo que o Sr. Presidente tem relativamente à questão da exclusão social e da pobreza no nosso concelho. Eu sou um pouco mais pessimista, porque penso, conheço a realidade, entendo também que a vinda a Aveiro do Sr. Presidente da República, a propósito do reconhecimento do projecto Santiago/Griné, não deve servir para abalizar ou dizer que está tudo bem em termos de processo de luta contra a exclusão social. Deve servir antes, de alerta, para situações bastantes graves. Mas queria dizer o seguinte: estranhei que nesta sua deslocação do Sr. Presidente da República aqui a Aveiro, para conhecer o projecto “Continuar Santiago/Griné”, que a visita só tenha incidido num dos pólos do programa, uma vez que o Dr. Jorge Sampaio, como é sabido, apenas esteve em Santiago! Com inteira justeza para as gentes de Santiago - que mais vezes deveriam receber o Sr. Presidente para terem o bairro devidamente policiado e limpo - e também para o excelente grupo de monitores e colaboradores do projecto, que tem sabido, uns usufruir e os segundos gerir o programa. Mas não posso deixar de indagar ao Sr. Presidente o porquê do esquecimento do Griné? E se esse esquecimento não traduzirá um menor apoio e carinho àquele pólo? Como dizia há pouco, a vinda do Presidente da República deve servir de alerta para esquecermos ou fingirmos que não vemos que no nosso concelho existem outros locais que precisam do apoio e da solidariedade de todos. Bairros que estão no nosso mapa geográfico, mas distantes do nosso mapa emocional. Bairros excluídos (como sabem) geram pessoas excluídas, principalmente nas camadas jovens. É imprescindível dotar com apoios financeiros, meios físicos e equipamentos bairros como o do Caião ou como o da Quinta da Bela Vista, entre outros. É preciso que a Câmara Municipal de Aveiro promova a integração social e comunitária de todos os seus munícipes. Que estimule o movimento inter-institucional com as associações juvenis e com as instituições de solidariedade social, entre outras entidades, no sentido de gerar programas que ajudem os jovens e as famílias a ultrapassar os seus problemas e as dificuldades quotidianas.*

*A luta pela alfabetização, pelo emprego, pelo direito à cultura e à prática desportiva, não se pode reduzir a um programa cirúrgico; ainda por cima, como vimos, discriminatório. Deve esse combate ser estendido a todo o lado onde o processo socializador e de integração estiver refém de condições sócio-económicas desfavoráveis. Aveiro é a capital da liberdade, a qual no meu entender, só pode ser exercitada e realmente fruída quando em comunhão com a igualdade e a fraternidade. Muito obrigado.”*

Vogal António Salavessa:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje já foram aqui proferidas algumas intervenções sobre os papéis relativos da Câmara, da Assembleia Municipal, dos membros da Assembleia, do Presidente da Câmara, com as quais estou de acordo e por isso não vou repetir. Entretanto há uma questão que me parece não foi focada, que é a questão do entendimento da Câmara como órgão colegial. Isto é, um órgão em que estão presentes além do Presidente da Câmara (que começa a ganhar o hábito de falar menos na primeira pessoa e mais utilizando a figura da Câmara), essa realidade em que estão presentes os Vereadores das forças políticas e que corresponde em muitos casos a uma responsabilização das decisões que são tomadas. Portanto, não vamos dar ao Presidente mais méritos que aqueles que ele merece, não vamos*

*deixar de atribuir aos Vereadores as responsabilidades que têm nas decisões tomadas. Já agora, acho que seria interessante avaliar ou julgar, a atenção que cada Vereador tem por respeito a esta Assembleia Municipal, e que pode ser indiciada pela presença nesta reuniões e que conforme verificamos há um conjunto de Vereadores, nomeadamente dois do PSD e um do PP, que estão sistematicamente ausentes. O que nalguns casos me custa entender, até porque se trata de antigos membros da Assembleia Municipal que defendiam um tipo de relacionamento diferente com a Câmara, estou a falar como é evidente do Sr. Eng. Cruz Tavares. O Sr. Presidente repete com alguma frequência a expressão “não estamos parados”, é evidente que é visível um conjunto de movimentação de acções, de iniciativas, aliás cuidadosamente mediatizadas, no concelho. Dificilmente, seja qual for o concelho, com as competências que hoje tem o Poder Local, com os meios que dispõem, dificilmente é encontrar concelho que não haja movimento. Mas queria dizer que o movimento em si mesmo não é um valor, há que olhar para a qualidade do movimento, há que olhar para a maneira como as acções que são desenvolvidas, correspondem ao interesse mais geral do município e de toda a sua população, e não acções pontuais e isoladas. Mas, acima de tudo é necessário separar aquilo que é de iniciativa própria da autarquia e aquilo que resulta fundamentalmente da iniciativa do Poder Central. É evidente que é visível o empenhamento do Poder Central, num conjunto de acções neste concelho de Aveiro. Não sou eu, nem o PCP, que vai criticar a realidade. É evidente que tudo o que o Poder Central faça em Aveiro é bom para Aveiro. Agora, há que discernir com clareza, o que resultou da iniciativa municipal e o que resultou da iniciativa do Poder Central. Repito, são bem-vindas obras como a reparação dos Paços do Concelho, aquisição do Teatro Aveirense, todas essas obras que resultam de alguma forma da intervenção do Poder Municipal no sentido de procurar o financiamento, tudo isso é de reconhecer o mérito à Autarquia. Em relação a um desses financiamentos, eu queria que o Sr. Presidente me dissesse se é verdade ou não, visto que foi noticiado na imprensa, o mecenato para a recuperação do Teatro Aveirense? E queria perceber se esse mecenato é para que o Estado realize a parte que está definida de financiamento ou se é um financiamento adicional para as obras de valorização do património. Não me foi possível perceber a realidade e queria ficar esclarecido nesse particular.*

*A referência ao livro sobre “Arte Nova” do Dr. Amaro Neves, suscita-me a preocupação que temos, que é a de que a questão da defesa do património não se pode limitar ao mero apoio aos livros que falam sobre património que existe ou que existiu ou à simples inventariação do património, antes tem de passar por medidas concretas de identificação, classificação, e de protecção desse património e a sua valorização. E, ao que parece, neste capítulo a Câmara está ainda bastante atrasada.*

*Não há, na comunicação do Sr. Presidente, qualquer referência a planeamento municipal. Mais um trimestre, sem que se saiba nada sobre o Plano de Urbanização da cidade, sobre os Planos de Pormenor, que são particularmente importantes na organização do espaço do nosso concelho.*

*Sr. Presidente, isto é mera coincidência, ou esta realidade corresponde a uma certa vontade que o Sr. Presidente tem, de não ter instrumentos de planeamento aprovados, para poder ir exercendo a acção municipal de uma forma que nós consideramos casuística e que não tem em conta uma abordagem planificada dos problemas?*

*A inauguração do aterro sanitário já foi referida aqui no período de antes da ordem do dia, no entanto eu queria dizer que saudamos particularmente este acontecimento, com uma solução técnica com a qual estamos de acordo. Mas, a realidade que hoje temos pela frente, no âmbito dos municípios que transportam o seu lixo para o aterro de Taboeira, parece-me que exige por parte da Câmara (se a Câmara ainda faz parte dos corpos sociais da ERSUC!) uma intervenção no sentido da clarificação de facto, de qual é o próximo concelho que vai receber os lixos e qual de facto a previsão de duração do aterro de Taboeira.*

*Nestas semanas houve algumas questões que, ao não serem referidas, não posso deixar de colocar. A primeira tem a ver com questões do ambiente. Aconteceram dois acidentes relativamente graves durante este período: um foi uma descarga da Portucel para as águas do Rio Novo do Príncipe, outro foi uma descarga atmosférica na Póvoa do Paço e que ao que parece não tem pai nem mãe, pois a Funfrap nega ser ela a causadora dessa descarga. Queria saber se os serviços da Câmara investigaram ou não estas duas situações e a que conclusões é que se chegou e que medidas é que foram tomadas no sentido de evitar a sua repetição.*

*Outra questão deste período, foi o aparecimento numa lixeira em Cacia, de todo um espólio de uma associação e da Junta, que tinha a ver com documentos, alguns com interesse histórico e que foram despejados em catadupa nessa lixeira. Queria saber se a Câmara foi alertada ou não para essa situação e se entende ou não que os serviços do arquivo municipal, devam ter em conta, de averiguar o que é que lá estava e apropriar-se do que tenha interesse para o município. Há uma reportagem na comunicação social acerca desse acontecimento e quem tem em casa é um dos membros da comissão de trabalhadores da Renault, que aliás esteve aqui presente na última reunião.*

*Também a ponte do Outeiro em Cacia. Ao que parece não é da responsabilidade municipal, mas já que o município intervém na resolução de alguns problemas, não se esqueça que aquela ponte está em rápida degradação e é um instrumento importantíssimo no acesso dos agricultores da freguesia de Cacia para os campos do Baixo-Vouga, onde têm o seu gado e as suas terras.*

*A Câmara apadrinhou ontem a constituição de uma sociedade que visa procurar comprar as instalações do Matadouro de Aveiro, as instalações da PEC-LUSA em Aveiro. E, pelo que me foi dado a perceber, há vontade política da Câmara em ir mais além do que simplesmente apadrinhar a constituição da sociedade, admitindo-se a entrada na própria sociedade. Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós entendemos que a questão da proximidade da rede de abate em relação aos pequenos produtores pecuários é uma questão particularmente importante; quanto mais estiver afastada dos agricultores maior é a dependência dos mesmos aos intermediários, portanto alguém vai buscar aí uma mais-valia que não é necessário. Defendemos o primado, por coerência e por convicção, da rede pública em detrimento do abate por entidades privadas. Por isso, parece-nos positivo que não optando o governo pela valorização da PEC, em manter as suas instalações funcionais, parece-nos uma solução boa à partida, a junção de esforços regionais, no sentido de garantir que esse património não seja encerrado ou não seja apropriado por alguém que o encerre. No entanto eu queria saber se não se está a caminhar no sentido errado, se não há risco de apropriação dentro desta estrutura por outros interesses particulares com algum peso na nossa terra. Por último, só perguntar se a Câmara tem algo a ver ou não com as instalações escolares do primeiro ciclo do nosso concelho ou são as Juntas de Freguesia que decidem das instalações escolares? Depois da resposta irei ser mais concreto.”*

**Vogal António Coimbra:**

*“Gostaria de começar o meu comentário à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, pelos Serviços Municipalizados de Aveiro. E farei isso enquanto a situação não for alterada. O meu protesto pela ausência dos quadros comparativos dos movimentos de viaturas, passageiros e carreiras dos STUA. Acho que os gráficos falam muito mais que muitas palavras, só não os mostra quem quer esconder a realidade e a quer mostrar pelas palavras. De maneira que desafiava o Sr. Presidente da Câmara a nos continuar a mostrar as tabelas e os gráficos que nos temos habituados a ver, para nós próprios fazermos a apreciação dos números que estão em jogo. Segundo ponto, é um ponto que não é referido no relatório dos Serviços Municipalizados de Aveiro - e eu digo infelizmente - é o facto de a Câmara de Aveiro ter sido convidada para participar no programa “Bio-diesel”, acho que é muito importante este convite e esta participação, ainda bem que os Serviços Municipalizados de Aveiro estão empenhados e têm*

*capacidade técnica para poderem desenvolverem este novo combustível, que segundo parece vai começar a entrar nas directrizes dos programas europeus e por isso temos capacidade se avançarmos já, mais tarde virmos a poder usufruir deste novo combustível, que parece é mais barato, e poder rentabilizar a nossa economia não só do litoral como do interior do país e aí sim começa a verdadeira regionalização do nosso país. Penso que é muito importante e achava que podia ter sido referido na sua comunicação, de certeza que foi por esquecimento, de certeza que o Sr. Presidente concorda que é um assunto deveras importante.*

*Relativamente à comunicação do Sr. Presidente da Câmara, no que diz respeito à actividade da Câmara Municipal, gostaria de perguntar em relação ao Teatro Aveirense que foi recentemente adquirido pela Câmara Municipal para fins culturais, qual é a política dos preços de utilização? Tivemos no natal quase todos os infantários a fazer lá festas; porque é que uns infantários pagam zero outros infantários pagam 250 contos! Eu não acreditei muito no valor de 250 contos quando me disseram, de maneira que fui confirmar. É por confirmação que eu aqui afirmo que pelo menos um infantário pagou 250 contos para fazer a festa de natal no Teatro Aveirense. Ou seja, afinal o Teatro Aveirense está a servir para a Câmara tirar lucro e não para usufruto dos Aveirenses! Espero que tenha sido um lapso dos serviços camarários e que isso seja corrigido.*

*Outro assunto que está referido na comunicação do Sr. Presidente, é a criação de novas rotundas e os acessos ao aterro inter-municipal e a sua sinalização. Sr. Presidente, aquelas rotundas ainda agora foram criadas e já há acidentes! Aquelas rotundas não têm sinalização! Aquelas rotundas não estão bem feitas. Aquelas rotundas são novas e por isso ao menos aquilo que está a ser criado de raiz seja bem feito, e podíamos generalizar à nossa cidade a falta de sinalização e os problemas do trânsito. Esse é outro assunto que eu tenho também aqui e que esta Câmara ainda não mostrou sequer um plano com as propostas de trânsito que tem para esta cidade. Quando se falou na ideia do aterro inter-municipal, foi dito na altura que novas vias iam ser criadas, e essas novas vias uma dela era o ICI. Acaba de ser inaugurado o aterro e o ICI estamos à espera de concurso! Era só para lembrar que há certas coisas que avançam mais rápido que outras e que às vezes as prioridades se invertem.*

*Relativamente à presidência aberta em Eixo, realmente fiquei muito admirado, depois dos tons elogiosos do Sr. Presidente da Câmara na sua comunicação, que diz que «importantes decisões foram tomadas» e logo a seguir o Sr. Presidente de Junta apresenta um rol de promessas não cumpridas; afinal o que é que o Sr. Presidente da Câmara lá esteve a fazer? Quais foram as decisões importantes que foram tomadas e que não satisfizeram o Sr. Presidente de Junta? Qual é o balanço que faz? Afinal as presidências abertas são úteis; acha que se devem fazer muitas mais? Que frutos é que já trouxeram, para além daqueles que se têm quando se está num gabinete municipal e se pode despachar os mesmos assuntos. De certeza que o objectivo de ir ao local com todo o Executivo é para ver de outra maneira, é para ver outras coisas; gostava de saber que coisas é que viu que normalmente não via se isso se integrasse na sua actividade normal. Para já ficava por aqui. Muito obrigado.”*

Vogal João Maia:

*“Muito obrigado. Ao ler a comunicação do Sr. Presidente, confesso que apreciei com agrado a diversidade e a quantidade de projectos enumerados. Sei dar valor à actividade que cada Vereador tem de desenvolver numa Câmara e não me importa se realmente os projectos são anteriores ou posteriores. Gostaria portanto de abordar dois assuntos. O Primeiro seria a recuperação dos canais urbanos, não pelo facto de já muito se ter falado deles, mas a verdade é talvez a Câmara anterior quando pensou em limpar os canais não tenha pensado antes num técnico de canais, para que não venha a acontecer na parte montante da Ponte Praça o mesmo que já vinha acontecendo na parte jusante. Mas, talvez porque à tempos tenha passado na Câmara um Vereador, não digo que fosse mais aveirense que os outros, mas que durante 4 anos*

*pressionou para que a limpeza fosse feita. Não por quem devia fazê-la (a JAPA esteve sempre de costas viradas), desde os anos 60 que o muro do canal de S. Roque parou e nem mais uma pedra lá foi colocada (ao contrário, algumas pedras foram retiradas para acessos e nunca foram recolocadas). Estou a falar dos canais urbanos, mas permita-me Sr. Presidente, que na freguesia da Vera-Cruz não são só os canais urbanos que nos deviam preocupar. As preocupações do Sr. Presidente da Câmara com a Ria, ainda não me fazem vislumbrar qualquer estratégia de intervenção na Ria. Hoje são inúmeros os desportistas que usam a Ria. Só para falar dos pescadores, é habitual todos os dias verem-se pescadores quer nas margens, quer em lanchas, a percorrer a Ria em todos os sentidos, daí o meu alerta a esta Câmara para pressionar a hoje APA, ou quem de direito, para que a entrada do esteiro do Gramato fosse devidamente assinalada. Numa maré cheia já não sabemos onde está a entrada do esteiro do Gramato. É evidente que as marinhas foram desactivadas, o interesse em recuperar os muros desapareceu, e a verdade é que quem hoje anda por esses canais apercebe-se que cada vez é mais difícil circular na Ria. A entrada do Gramato é realmente pouco visível na maré cheia e qualquer dia poderá haver mesmo um acidente, mesmo para pessoas que conhecem bem a zona. Claro que já não falo na sinalização de outras rotas para o lado de Esgueira e outras, até mesmo para chegar ao Rio Novo do Príncipe. Eu gosto às vezes de ir passear para o Rio Novo do Príncipe de lancha. Mas precisamente, porque neste momento estão a ser pensadas estruturas para a pista de remo no Rio Novo do Príncipe, qual hipótese de criar um ancoradouro ou estrutura similar, que permita o fácil acesso e a estadia de lanchas; porque como deve reparar é mais fácil chegar ao Rio Novo do Príncipe de barco do que automóvel. Outra questão que eu queria abordar refere-se ao pavilhão Multi-usos. Embora não goste de o ver ali, acho que estamos no momento ideal para a sua construção. A maior parte dos Clubes do nosso município já possuem a sua oficina de trabalho e por falar em oficina, gostava que o Sr. Presidente me indicasse quais são as intervenções que estão a ser feitas no pavilhão dos Galitos, como sejam da sua comunicação o arranjo da zona envolvente. Até que enfim, porque muitas ideias houve na altura da construção do pavilhão para a sua zona envolvente como campos de ténis, parque de campismo de passagem, mini-golfe, muitas ideias houve mas a verdade é que todas elas ficaram sem haver gente que as empurrassem para a frente. Gostava de saber portanto quais as obras envolventes ao pavilhão dos Galitos, até porque não entendo que um pavilhão pago pelo PIDDAC e pela Câmara, e integralmente desenhado pelo seu Presidente da Direcção, a seu gosto, a traço grosso, e inaugurado há tão pouco tempo, venha agora com modificações!? De qualquer maneira, como o campeonato está aí e para não acontecer o que aconteceu com o Kayak, eu permitia-me alertar o Sr. Presidente para os compromissos financeiros que a municipalidade já terá assumido com este campeonato, porque com a política de contenção não terá alargado os “cordões à bolsa”. Porque eu sei que do lado das associações não há dinheiro e das federações eles “rapam” que se fartam. Portanto Sr. Presidente, permita-me que o alerte para a Federação e todos os seus interesses. Relativamente ao relatório de actividades dos Serviços Municipalizados e para não ser muito longo, gostava apenas de muito rapidamente focar dois pontos. Primeiro relativamente às águas de consumo, onde eu vejo com agrado que a associação do município de Carvoeiro está a fornecer três vezes mais água do que aquela que retiramos dos nossos furos. Por outro lado, relativamente às águas residuais, muito me congratulou ver a palavra “funcionamento razoável” relativamente ao trabalho das nossas ETARs. O que não me agrada é uma chamada de atenção a dizer que seria o Matadouro a enviar efluentes altamente contaminados, quando eu julgava que o Matadouro já tinha a sua ETAR própria! Quem é fiscaliza esta situação do Matadouro, os serviços da Câmara estão atentos a esta situação que realmente está a ultrapassar os níveis de má água lançada para a linha de água.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Sr. Presidente, eu gosto muito de respeitar as decisões da Mesa e do Sr. Presidente, e não me seria cómodo voltar ao tema da contratação de assessores sem ter autorização da Mesa para o fazer. Justifico que a mesa me deixe voltar ao tema, primeiro com uma razão formal. Esse tema foi sobejamente falado no período de antes da ordem do dia, a que a Câmara responde, e em relação à resposta da Câmara existe um direito de réplica dos membros desta Assembleia.*

*Hoje o tema foi novamente aflorado, trazido à liça e portanto, há-de a Mesa conceder a quem quiser falar sobre o tema o direito de réplica. Mas há uma razão acrescida. O Sr. Presidente trouxe aqui hoje alguns dados que porventura merecem alguma contestação.*

*Portanto, trouxe o Sr. Presidente de novo o tema, não fui eu ontem que o introduzi, mas foi por esta bancada, a meu ver com termos bastantes dignos, com a frontalidade que o caso merecia e foi esse tema com alguma profundidade debatido. Hoje, o Sr. Presidente como que querendo deixar uma imagem favorável, ouvi dizer ao Sr. Presidente que não lhe agradou a Assembleia de ontem (o Sr. Presidente da Mesa já teve a oportunidade de rebater essa postura), e eu estou com o Sr. Presidente da Mesa, quando toma essa postura (quem censura é a Assembleia, quem é censurado é a Câmara), embora reconheça à Câmara o direito de exprimir o seu sentimento das coisas que não lhe agradem. Mas o Sr. Presidente pôs aqui em dúvida que alguma vez se não tenha falado nesta Assembleia dos valores que a Câmara paga ao assessor; mas esse tema foi falado. Penso eu que, se o Sr. Presidente procurou a acta, seguramente teria encontrado um valor (que eu não sei qual é), qual a razão então porque terá sido omitido o valor que constaria dessa acta. O Sr. Presidente disse que não gostou da Assembleia e eu digo: pudera. Eu também se estivesse não posição do Sr. Presidente da Câmara também não teria gostado, porque realmente foi aqui posta uma pergunta (além do valor) à qual até agora não foi dada resposta. Eu pessoalmente e esta bancada, reconheceriam ao Sr. Presidente, quando contratou o assessor que o fizesse com toda a liberdade e o problema teria ficado resolvido se a Câmara achando aquele assessor conveniente o tivesse escolhido sem mais. Agora eu sublinho este aspecto; porquê pôr em confronto um concorrente? É aí que nós bancada do PP e o município aveirense se há-de sentir perplexo. O Sr. Presidente nunca explicou, porque é que pôs só aquela concorrente que foi preterida e não pôs outros!*

*Agora, conduzindo-me à comunicação do Sr. Presidente da Câmara, já aqui foi dito, que há um conjunto de obras em curso, nota-se que a Câmara tem algum dinamismo. Mas o que se procura com esta comunicação é avaliar do dinamismo da Câmara. E nesta comunicação não se discerne aqui o que é que foi obra da Câmara e o que é obra de terceira entidade e qual o papel que a Câmara teve nessa obra. Portanto, qual o papel do Executivo? Era isso que nos importava avaliar neste documento. O documento não fala de muitas coisas que eu gostaria de ver esclarecidas. Nada diz sobre o andamento da “Europa dos Pequenos”; gostaria de saber. Nada refere sobre a recuperação do salgado aveirense! Tem causado também alguma angustia (e já aqui foi perguntado várias vezes), qual será o custo previsional do “Lago” e em que fase de andamento essa obra prossegue. Nada se alude aos Planos de Pormenor, elemento importante da gestão municipal que hão-de dar forma à cidade de Aveiro. E, sobre as presidências abertas, gostava que fossem relatadas, não já nesta fase em que elas se realizam, mas será mais interessante quando daqui a algum tempo a Câmara disser: em resultado das presidências abertas fez-se esta obra em concreto; senão não deixaram de ser obras de palavra ou seja, será o verbo mas não a obra.”*

Entretanto deu entrada na sala o vogal Nuno Teixeira Lopes Tavares

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Hoje cheguei um pouco tarde, peço desculpa não é meu hábito, o Sr. Presidente da Câmara já estava a falar, perdi parte da sua intervenção. Mas, verificava-se no momento em que entrei, que ele comentava um pouco a forma como decorreu a reunião anterior. Eu devo dizer, que*

*estou de acordo com o que diz o Sr. Presidente da Assembleia. As intervenções que aqui se fizeram foram intervenções mais ou menos vivas, mas focaram a acção política de vários intervenientes. Talvez tivesse até havido alguns epítetos mais ou menos fortes, mas foram rigorosamente numa perspectiva política ou da actividade autárquica das pessoas. A única intervenção que não teve este carácter, foi relacionado com a minha pessoa. Na verdade, o líder da bancada do PS, ultrapassou o debate político e invadiu a minha vida profissional sugerindo o que devo ou não fazer na Universidade de Aveiro e relativamente à Reitoria. Ora imagine, que agora ia sugerir os casos que como advogado ele devia tratar ou não ou se lhe ia sugerir alguma candidatura à Ordem dos Advogados! Ele acharia que era um disparate e com toda a razão. Estando aqui como cidadão e não como universitário, o Dr. Filipe Brandão fez uma incursão desabrida na minha vida profissional e não lhe ficava nada mal se me pedisse desculpa.*

*Seguidamente, devo dizer, que já ouvi muitos oradores que me precederam, muitos dos aspectos relacionados com a Comunicação do Sr. Presidente; já foram ditos e eu de facto prescindo de repetir só para me ouvir. No entanto, gostaria de dizer o seguinte: é que estas Comunicações são extremamente sumárias (e não têm de ser de outra forma), no entanto o Sr. Presidente, tem o cuidado de dizer no fim que «o inventário mais circunstanciado da actividade desenvolvida por cada Departamento» está na Câmara. Quer dizer, ele tem a amabilidade de além de apresentar este sumário, informar as pessoas que na Câmara há algo mais - é de louvar - simplesmente gostaria de o lembrar, que seria conveniente que estivesse com algum tempo para poder ser consultado. Neste último caso, por exemplo, na noite do dia 23 isto ainda não estava à disposição. Portanto, queria aconselhar que já que nos possibilita essa consulta, que a mesma seja atempada. Por outro lado, também, queria sugerir que não fica bem responsabilizar alguém, porque de facto, observando atentamente os documentos que vêm ter às nossas mãos como é o caso do Plano de Actividades e Orçamento, corrigiu, mas já corrigiu tarde. Imagine que nós queríamos ir verificar “in loco” certos pontos que aqui estavam relacionados - já não havia tempo - portanto, era conveniente esse cuidado.*

*Quero-me congratular de se irem recuperar os Paços do Concelho, acho que de facto, muito da memória das terras devem ser preservadas e este edifício é parte da memória da Cidade de Aveiro. E, gostaria de saber com rigor, até porque é um espaço nobre, gostaria de saber com algum rigor quais são os serviços que lá ficam?*

*Por outro lado, fala-se aqui na transferência para a fábrica Jerónimo Pereira Campos e das negociações com o Instituto de Formação Profissional. Tanto quanto foi dito em tempos, era preciso construir uma alternativa para este Instituto!? Já se sabe quanto é que custará e quanto é que cabe à Câmara Municipal despende? Eu não sei se é o que está escrito na página 48, mas julgo que isto é apenas a adaptação dos serviços, não a construção de raiz! Queria ter conhecimento deste valor.*

*Também queria saber, se de facto, a Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe será mesmo uma pista olímpica, se será apoiada pelo Estado, ou se é apenas uma acção da Câmara Municipal? Estes são alguns dos pontos que tinha aqui para referir, alguns outros já foram focados pelo meu colega de bancada Prof. Henrique Diz e portanto, não me vou alargar mais.”*

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para jantar.

## 2.ª PARTE

Pelas 22.00 horas, foram retomados os trabalhos presididos por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário, Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal António de Sousa Dinis Correia, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Joaquim do Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa. Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Pedro Machado Pires da Rosa, Libério da Silva Santos, Jorge Carvalho Arroiteia, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Armando Manuel Dinis Vieira, João Pedro Simões Dias, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Manuel Simões Madaíl, Manuel Branco Pontes e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa deu continuidade à ordem de trabalhos prevista para esta Sessão.

Vogal Rogério Madaíl:

*“Muito obrigado. Eu vou ser muito sucinto. Na comunicação do Sr. Presidente, fala aqui na locação financeira dos terrenos da “Aveiria”. Queria perguntar se isto já está incluído no Orçamento e em que rubrica? É que não vi lá os encargos financeiros!”*

Presidente da Mesa:

*“Foram feitas aqui duas referências à PEC-LUSA. Nós temos aqui o “dono” da PEC-LUSA (não está aqui nessa qualidade), mas se não fosse abuso, talvez melhor que o Sr. Presidente da Câmara, pode esclarecer melhor os temas abordados. Não sei se o Raúl Martins, concretamente, pode adiantar alguma coisa.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Sr. Presidente, não estou aqui nessa qualidade, obviamente, mas posso dar algumas informações, que penso poderão ser úteis agora e nomeadamente quando o plenário se tiver que debruçar sobre a participação ou não do município na nova sociedade, que foi constituída. Mas antes disso, gostaria de falar a propósito de uma coisa que foi dita aqui pelo Sr. Eng.º Maia, sobre o problema dos efluentes da PEC-LUSA. Quando eu assumi a presidência da PEC-LUSA, a mesma tinha problemas ambientais muito graves a três níveis: ao nível de resíduos sólidos, que dava um cheiro nauseabundo naquela área; uma fábrica de subprodutos que estava a funcionar e que empestava toda a zona do Eucalipto e que dava lugar a frequentes queixas e os efluentes líquidos. Cada coisa a seu tempo. A primeira coisa que foi feita, foi encerrar a fábrica de subprodutos. Ficou resolvido o problema dos cheiros e conseguiu-se arranjar um sistema em que os resíduos sólidos eram retirados todos os dias.*

*O problema do sangue, também ficou resolvido com o seu cozimento e do seu posterior envio para uma unidade de tratamento. Os efluentes líquidos era a situação mais difícil de resolver, porque tinham construído uma ETAR, que nos ensaios finais rebentou; rebentaram os tanques*



*de sedimentação e portanto não tinha recuperação possível. A primeira solução que apareceu, foi retirar os detritos sólidos de maior calibre e criar uma zona de homogeneização, uma vez que os caudais de efluentes líquidos são diferentes durante o dia. Anteriormente ia tudo para a Ria “in natura”, nem sequer se retirava a maior parte dos resíduos sólidos.*

*Nessa altura, conseguiu-se um acordo com a Câmara de Aveiro (que o Sr. Prof. Celso Santos nunca materializou, mas se conseguiu fazer com o actual Presidente da Câmara), no sentido de receberem para a ETAR da Câmara esses detritos líquidos, já com esse pré-tratamento. Sabendo nós à partida, que efectivamente, a estação de tratamento para onde ia (a ETAR do Crasto) já estava sobrecarregada e está velha. Mas, também atendendo à ideia de que o matadouro de Aveiro pagou sempre saneamento para a Câmara; como toda a água que gasta é da Câmara e o saneamento é proporcional à água gasta, significa que o matadouro de Aveiro já tinha contribuído para aquela ETAR (sem tratar um litro de efluente líquido), com largas dezenas de milhares de contos. Portanto, tudo isso pensado, originou um protocolo até que se possa resolver o problema que penso deve ser resolvido com uma EPTAR e não com uma ETAR. Foi feito o protocolo, e com a ajuda e colaboração da Câmara Municipal de Aveiro, retiraram-se os efluentes do esteiro de S. Pedro. Tudo isto, mereceu por parte do Presidente da Junta de Aradas, uma carta de louvor que me foi endereçada e que eu agradeço muito (que é também nosso colega da Assembleia Municipal), que teve o gesto bonito de eu ter resolvido esses problemas ambientais que causavam problemas aos moradores da freguesia.*

*Quanto à nova sociedade que está a ser constituída, tudo isso tem uma génese. Com algum orgulho, eu digo que isso parte de alguma visão estratégica que efectivamente o Conselho de Administração da PEC-LUSA teve. Passou pela seguinte ideia base: aquilo é uma empresa, mas também é um equipamento social de alguma relevância, quer para produtores e ainda mais para comerciantes da nossa região. A nossa região tem alguns produtores de carne que se servem do matadouro de Aveiro (isto que eu estou a dizer é válido para Aveiro e também para Viseu) e o mesmo apoia de alguma forma a produção de carne local. E mais, impede que nós comamos carne indiferenciada e de menor qualidade na nossa zona. Posso dizer que: quem se abastece em Aveiro no comércio tradicional deste sector (vulgo talhos), pode estar ciente que come produtos de boa qualidade em Aveiro, que não é o que acontece na maior parte do país. Portanto é um equipamento social que é importante que se mantenha. Primeiro que se mantenha em funcionamento; segundo que se mantenha controlado, porque não pode ter apenas a visão economissista, tem de ter também uma visão social. Nesse sentido, conseguimos convencer o Poder público, para que em vez do anónimo concurso público, aquela unidade pudesse ser alienada por negociação particular desde que fossem cumpridos com a entidade e que se fosse negociar alguns pressupostos. Primeiro, que fosse uma sociedade atenta ao desenvolvimento regional em que participassem os interesses da produção, os interesses do comércio e da indústria e os interesses das autarquias, para garantir que essa unidade tivesse pés para andar o que acontece se tiver gente do “metier” dentro dessa sociedade. Em segundo lugar, um certo controlo por parte do poder público dentro daquela sociedade. Vejo com grande satisfação, que ontem mesmo foi constituída essa sociedade, que será a sociedade para concorrer à privatização da PEC-LUSA, que estará autorizada para ser feita por negociação particular. Como é óbvio, nós munimo-nos de todos os estudos de avaliação da respectiva unidade e tentaremos fazer a negociação particular com essa entidade que agrega os interesses da produção e do comércio de Aveiro e Viseu, uma vez que é toda a empresa e, portanto, tem as duas unidades operativas de Aveiro e Viseu e também agregará interesses das Câmaras, embora até este momento apenas haja deliberações das Câmaras de Aveiro, Viseu, Lamego e Oliveira de Frades; espero que esta Assembleia autorize a Câmara a participar nesta sociedade. Penso que a Câmara de Aveiro tem todo o interesse em entrar nessa sociedade. É claro que as participações nessa sociedade revestirão algum carácter simbólico, uma vez que estamos a pensar em 40% para a produção e que será assumida pela Lacticoop e Proleite, 40% para*

*Comércio e Indústria que estão tomados, e 20% para o poder autárquico; o que significa em termos de um capital social inicial de 300 mil contos, serão cerca de 60 mil contos, portanto se forem meia dúzia de municípios são simples participações simbólicas, mas eu acho que Aveiro devia dar o exemplo e ter uma participação significativa. Em termos negociais, penso que aquela empresa vai dar menos problemas do que muitas outras, porque uma coisa que se conseguiu (e penso que os futuros gestores poderão consolidar isso no futuro) foi estabilizar a situação económica e financeira da empresa, que nestes dois anos de mandato em que eu estou à frente tem resultados positivos. Portanto, aconselho vivamente esta Assembleia para que, quando a isso instada, dar a sua opinião positiva e votar favoravelmente a entrada da Câmara de Aveiro, que no meu ver protege interesses não só da produção e do comércio das carnes, como a nossa própria garantia de sermos abastecidos de produtos devidamente controlados ao invés de sermos metralhados com produtos que em termos de preço são muito mais aliciantes, mas que efectivamente ninguém sabe exactamente de onde é que vêm. Interessa privatizar, mas interessa “ privatizar bem”, que é vender a quem efectivamente pode fazer daquilo um pólo de desenvolvimento local importante e um pólo de protecção dos vários interesses regionais.”*

Vogal João Maia :

*“Só queria agradecer as palavras do Sr. Deputado, mas como começou por citar o meu nome; quando o problema, digamos que fiz eco do problema que estava no relatório dos Serviços Municipalizados de Aveiro.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Que é de alguma forma potenciado porque estão a receber aquilo que teoricamente não teriam obrigação de receber e que foi agravado também com o protocolo da Universidade.”*

Vogal João Maia:

*“Eu queria agradecer ao Sr. Deputado todas as explicações, embora não concorde com as afirmações sobre a tarifa de saneamento. A tarifa de saneamento aparece em 94, portanto não devia ter participado em muito, e de facto os Aveirenses sempre manifestaram uma preocupação imensa sobre os efluentes.*

Vogal Raúl Martins:

*“Foram cerca de trinta mil contos; tanto como custou a ETAR.”*

Vogal João Maia:

*“O problema dos efluentes líquidos isso sim foi um grande problema que os Aveirenses, sempre quiseram que fosse ultrapassado. E é isso que me faz pensar em todos os problemas que houve desde a construção daquele edifício. Edifício que foi pago pela Câmara, que depois de bolanda em bolanda desapareceu do património da Câmara, com saldo zero, etc, etc,. Mas perguntava uma coisa: a Câmara ganhava alguma coisa quando perdeu aquele edifício para as empresas anteriores à PEC-LUSA, será que a Câmara irá ganhar agora uma posição de quota em face das despesas que há vinte ou trinta anos quando foi da construção do edifício? Era essa a pergunta que eu queria fazer. Muito obrigado.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Sobre a empresa propriamente dita e a posição da Câmara de Aveiro que nela vai ter, eu não poderei dizer nada porque é um processo puramente empresarial e privado, e eu não poderei dizer disso. Gostaria que a Câmara de Aveiro nela tivesse uma boa representação e pode conseguir isso com meia dúzia de tostões. Meia dúzia de tostões significa, se calhar, menos de duas dezenas milhares de contos e se calhar tem a posição predominante. Tanto quanto eu senti*

*dos participantes na empresa, esses participantes pretendem, inclusivamente, que a Câmara de Aveiro assuma a presidência do conselho de administração dessa empresa seja qual seja a verba que lá meta, o que é perfeitamente honroso para a Câmara de Aveiro. Quando efectivamente em 1974 foram privatizados os matadouros, foi estabelecido mais tarde pelos diplomas legais inerentes, qual a indemnização a que as Câmaras cujos matadouros foram privatizados tinham direito; há um diploma que regula essas indemnizações. Agora, há pelo menos uma coisa que a Câmara não teve, que é a do Estado, nestes anos em que a empresa teve prejuízo desde 1992 até hoje, ter metido mais de um milhão de contos para manter a empresa em actividade. Isso penso que já é um ganho satisfatório.”*

Presidente da Câmara:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Talvez começasse pelo fim, por uma questão que foi colocada pelo Dr. Rogério Madaíl. De facto, os encargos devidos à “Aveiria” que não são devidos à “Aveiria”, serão devidos à Imoleasing na sequência do contrato de locação financeira que será celebrado, não figuram no Orçamento deste ano por uma razão muito simples: é que há um ano de carência absoluta em que não pagamos encargos nenhuns. Isso era um dos atractivos do negócio, não temos que incluir esses encargos no primeiro ano, pelo contrário já podemos incluir as receitas que é também um dos atractivos desta operação. Depois em relação à questão colocada pelo Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, do que é que vai ficar nos Paços do Concelho. A ideia é de facto recuperar os Paços do Concelho reservando o essencial do edifício para actos protocolares e solenes, para os serviços da Presidência, gabinetes de Vereadores; no rés do chão ficará numa das alas um espaço de exposições (como sabe temos bastante espólio da Câmara guardado, arquivado, à procura de espaço) e numa das outras alas uma sala de atendimento informatizado aos munícipes onde seja possível uma espécie de multibanco dos serviços municipais com uma, duas, três, quatro pessoas capazes de dar toda a informação municipal através de uma rede devidamente infra-estruturada. No segundo andar ficará os gabinetes dos Vereadores e a Presidência. Far-se-á um salão Nobre com o dobro do espaço do actual, é a única originalidade. Vai-se preservar a traça e características do edifício, mas em vez das divisórias que foram sendo acrescentadas nos anos setenta e que o descaracterizaram. Optou-se por nessa ala construir de facto um salão nobre com mais amplitude, com outra dimensão, porque se de facto visitarem essas Câmaras pelo país fora o nosso salão nobre é acanhadinho, sendo bonito. O projecto poderá ficar exposto, penso eu. A hipótese da cave ou não, depende daquilo que for encontrado no subsolo, até porque encarece bastante o projecto, mas basicamente a filosofia será esta: reservar para actos protocolares, solenes, serviços centrais da presidência e manter no rés do chão um espaço para exposições e um espaço para atendimento informatizado ao munícipe. A alternativa que temos de encontrar para o Instituto de Emprego e Formação, a pergunta era se a verba de trinta mil contos era já para isso. Há uma verba inscrita mas naturalmente é insuficiente. Nós estamos neste momento em processo de aquisição dos terrenos, que faz parte do acordo a que chegámos, nós temos de entregar chave na mão digamos assim o novo Centro de Formação Profissional, eles pediram uma área razoavelmente grande e agora estamos à espera que nos façam chegar o projecto tipo com as características desse centro para avançar e queremos fazer uso de alguns instrumentos financeiros que já nem são novidade para ver se conseguimos construir este centro de formação profissional sem gastar muito dinheiro, porque o objectivo é fazê-lo em dois anos sem sobrecarregar os cofres da Câmara. Isso virá aqui à Assembleia na altura própria.*

*A Pista Olímpica está em bom ritmo. A Câmara já elaborou um anteprojecto, esse anteprojecto desde o início foi tendo em conta as indicações e os dados que fomos obtendo através do IDAD (Instituto do Ambiente e Desenvolvimento), a quem foi pedido um estudo de impacto ambiental, para que não houvesse depois surpresas desagradáveis ou seja, aos poucos o projecto está a ser desenvolvido tendo em conta as condicionantes e as sugestões que o ambiente nos dá para que*

*nasça desde logo com essa componente respeitada. A visita da Arquitecta Búlgara, que é a conselheira da Federação Internacional de Remo e é a pessoa que homologa as pistas de remo para provas internacionais e provas olímpicas, esteve entre nós, deixou algumas sugestões interessantes, louvou o trabalho que tinha sido feito, estamos agora a introduzir essas sugestões e foi adjudicado como é do conhecimento público o projecto de hidráulica e infra-estruturas e portanto, dentro de dois três meses deveremos ter a parte da engenharia da hidráulica e dos acessos, das terraplanagens, tudo quantificado. Nessa altura vamos poder fazer uma estimativa real de quanto custa. Nessa altura também estaremos em condições de candidatar o projecto a fundos nacionais e comunitários e se tudo correr bem teremos pista de remo. Penso que não se perdeu aqui nenhum tempo, ainda recentemente ouve uma reunião com o prof. Carlos Borrego e com a Arquitecta e na próxima semana vai haver uma com o gabinete projectista.*

Presidente da Mesa:

*“Já agora, uma pequena pergunta. O acesso rodoviário, o que é que está pensado? Porque o acesso antigo...”*

Presidente da Câmara:

*“Claro. Esse é um dos elementos do projecto que pode vir a sofrer alguns ajustamentos. Ainda há pouco alguém falava na possibilidade de através do Esteiro se chegar de barco à pista do Rio Novo. É o tipo de situações ou de desenvolvimento do projecto que são complementares, que o podem encarecer muito, mas que muito o valorizariam. Porque naturalmente a hipótese de ter um ancoradouro, onde nós aqui do Canal Central, da Costa Nova, ou da Torreira, de barco se possa chegar para passar o dia a assistir a uma prova de Remo, estando o barco ancorado ao pé da pista, é muito atractivo a todos os títulos e portanto, isso também faz parte do projecto.*

*Os acessos. Estão previstos novos acessos, os acessos por Vilarinho estão perfeitamente estrangulados e, portanto, haverá uma nova rede viária de acessos à pista.*

*Sobre a Europa dos Pequenitos, tenho todo o gosto em confirmar que o projecto está a decorrer no ritmo próprio que é o seu. A Câmara sendo um dos parceiros do projecto, não é o promotor e, portanto, temos dado os passos que da nossa parte é exigível que demos, adquirimos as marinhas necessárias, a escritura irá ser formalizada nas primeiras semanas de Janeiro. Em Janeiro vai ser anunciado pela Câmara e pela Fundação Bissaya Barreto a constituição da comissão tripartida que está prevista no protocolo que vai acompanhar o projecto. Como sabem, é necessário primeiro estabelecer um programa do investimento, isto é, saber se vamos ter miniaturas da Torre Eiffel ou da Torre de Pisa e se vamos para uma lógica de apenas reproduzirmos em miniatura aquilo que já se faz no “Portugal dos Pequeninos” ou se o projecto vai ter outras características que aposte mais na componente tecnológica, na componente pedagógica, na componente de explicar a História através do recurso às novas tecnologias da informação, como parece ser mais atractivo neste momento e mais estratégico. Esse programa vai ganhar um novo ritmo este ano. Em função disso é depois possível programar então o “Parque” em si, que tipos de estruturas, equipamentos, é que vai ter até que se chegue à fase da obra. O projecto está portanto a correr bem.*

*Quanto é que custa o Lago? Foi outra questão que me foi colocada. Gostei muito que se tivesse referido ao nosso lago, porque aos poucos as pessoas começam assimilar a ideia de que o lago é um lago que beneficia a cidade e que é bom para todos. A estimativa que fazemos no Plano de Actividades aponta para 150 mil contos. Penso que é um preço muito razoável para uma obra daquelas e temos quase a certeza que podemos poupar cerca de 70 mil contos, uma vez que conseguimos contratualizar com a engenharia militar os “desaterros” e portanto, só aí, (uma vez que vamos apenas pagar o gasóleo e a alimentação) vamos poupar muito dinheiro. É claro que depois há os arranjos envolventes, os acessos, a obra em conjunto é muito mais cara, mas deve ser submetida à Câmara nas próximas semanas o estudo final do projecto de hidráulica e*

*de execução para definir coisas tão importantes para este projecto, como saber se o fundo vai ser revestido e em que materiais, saber como é que se faz a ligação da ribeira de Vilar para o dito lago, se vamos ter o revestimento das margens em relva e em declive ou se vai ser em muro. Portanto as coisas estão bem encaminhadas, a meta continua a ser termos este lago inaugurado no ano 2000, se tudo correr bem.*

*As Presidências Abertas não são mera prolongação do que se passa na sala do despacho, aprendesse muito com as presidências abertas, e convido os Srs. Membros da Assembleia, que estiverem interessados, a acompanharem-nos numa próxima Presidência Aberta. É de facto muito esclarecedor para o Executivo e para os técnicos e para todos os políticos, conhecer no terreno as realidades com que os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia se deparam. Eu, por exemplo, recordo que em Eixo vi algo que nunca tinha visto na vida e que é de facto, ainda hoje, o resultado da cheias de há três anos: um poço de água completamente descarnado, com uns 10 metros de altura, em a água levou toda a área envolvente e deixou a estrutura do poço completamente à vista, entre outras coisas. É muito instrutivo estas visitas e há outra vantagem evidente, é que as populações de cada freguesia que não vêm às reuniões do Executivo e quando a Câmara reúne nas freguesias elas aparecem e expõem directamente os seus problemas, nós somos directamente interpelados e portanto, temos uma maior pressão para que os pequenos problemas de todos os dias das pessoas possam ser imediatamente resolvidos ou tão depressa quanto possível.*

*Em relação ao Sr. Salavessa. Eu também ouvi as notícias da aplicação da Lei do Mecenato ao Teatro Aveirense, fiquei muito satisfeito, de facto é importante que isto tenha sido possível, estou à espera de um documento que o confirme, mas de facto as notícias são boas e, portanto, se isso acontecer vai ser mais fácil e mais rápido a recuperação do Teatro Aveirense.*

*Não viu nenhuma referência ao Planeamento Municipal porque ele aparece nos anexos de facto. Houve uma decisão em termos de planeamento, porque quando chegámos à Câmara nós tínhamos mais de duas dezenas de planos de pormenor em curso e apenas um aprovado! A estatística é mais ou menos esta. E toda a cidade parada à espera que esses vinte e tal Planos de Pormenor fossem aprovados, sem que nenhuma decisão fosse tomada por estar à espera. Um Plano de Pormenor, se tudo correr bem, demora um ano e meio dois anos a ser aprovado. E a capacidade dos serviços para puderem aprovar os Planos de Pormenor é absolutamente insuficiente para lidarem com um problema deste tipo. Correspondeu a uma certa concessão de planeamento de uma cidade, que hoje em dia está a ser posta em causa, e o que é que se fez? Apostou-se, nos Planos que nos pareceram fundamentais, prioritários, aqueles em os serviços têm possibilidade realisticamente de gerir e de concluir. Estamos a falar do Plano de Urbanização da Cidade, Plano de Urbanização de S. Jacinto, Planos de Pormenor das Zonas Industriais, e alguns Planos que estão em fase terminal, como o Plano de Pormenor das Glicínias, Sá-Barrocas e Plano de Pormenor do Centro. Apostámos, portanto naqueles instrumentos de planeamento que são fundamentais, tendo em conta a dinâmica a que assistimos no concelho, e os outros passaram a um estatuto de estudos urbanísticos. Há muito trabalho feito que não pode ser posto fora e à medida que os trabalhos forem evoluindo, logo veremos se haverá vantagem em transformá-los em Planos de Pormenor.*

*Sobre o Aterro Sanitário. A avaliação inicial que foi feita, era de que o prazo de utilização do aterro era de 10 anos. A verdade é que as primeiras experiências estão a levantar algumas dúvidas sobre isso. A quantidade de lixo que está a chegar nestas primeiras semanas, à experiência, deixam antever que provavelmente, mesmo com o sistema da compactação que faz antever a capacidade disponível, os 10 anos não serão suficientes. Por outras palavras, haverá que começar a pensar a partir do quinto ano na localização do novo aterro. A ideia que está consciencializada por todos, é que será a seguir o município que produza mais e assim sucessivamente.*

*Virgílio Nogueira, porque é que esquecemos o Griné. Não esquecemos o Griné. Eu fiz uma tentativa com o Vereador Jaime Borges, para que o Presidente da República pudesse visitar o Griné, Bela Vista e o Caião, infelizmente a agenda do Sr. Presidente não permitia de todo. Nesse dia ele vinha já de Sever do Vouga e de mais uma série de projectos e de Espinho e, portanto, foi completamente impossível.*

*Foi aqui colocada pelo Sr. Eng. Maia, a questão, que intervenções é que estão a ser feitas no pavilhão dos Galitos. Está a receber uma intervenção que lhe permite receber o campeonato do mundo de basquetebol júnior que vai ser disputado em Julho. Precisa de ter uma lotação para 1500 pessoas, e não tinha. Precisa de ter balneários onde caibam jogadores com um metro e noventa e dois metros e pouco, e tinha infelizmente balneários onde quando se estica um braço o vizinho corre riscos de apanhar uma nódoa negra. Havia ali deficiências de este tipo, que é de lamentar, são problemas de projecto. A verdade é que quando lá entrámos depois daquilo pronto, imediatamente concluímos que aquilo não estava bem. Portanto essas adaptações vão ser feitas, o pavilhão cresce um bocadinho para o lado esquerdo, para que possa ter as dimensões oficiais no campo central e depois, no futuro, poder ter dois campos simultaneamente em actividade o que é obviamente interessante. Esclarecendo, as obras do Galitos vão ser suportadas e financiadas pelo Estado, as obras da área envolvente serão suportadas pela Câmara e vão custar 58 mil contos. O que é que vamos fazer na área envolvente? Vamos fazer dois cortes de ténis, um espaço pedonal, um jogo de água muito simples (porque há um veio de água que é necessário aproveitar), vamos repetir o jardim da estatuária de barro que está do lado de cá, que é uma ideia muito interessante do Executivo anterior e nós achamos que é uma ideia que devemos aproveitar para conferir alguma uniformidade estética e está de pé a hipótese de um mini-golfe e, portanto, penso que vai ficar muito interessante. Do lado da estação de serviço da BP a área de estacionamento vai crescer para compensar a área que vai perder e a saída far-se-á por uma zona que está agora a mato. É esse o arranjo que está a ser feito, temos 5 meses para o fazer.*

*Sobre a estratégia de intervenção na Ria. Nós temos claramente uma estratégia de intervenção na Ria, que depende das competências que a Câmara tem que, como sabe, são poucas, mas tem. É uma estratégia muito clara, que é a de valorizar em absoluto a relação dos Aveirenses com a Ria e criar instrumentos que permitam que isso se concretize. Concretamente em S. Jacinto recebemos já o projecto de recuperação da antiga marginal, que inclui os molhes de atracação do ferry-boat e que inclui a instalação dos trapiches e dos ancoradouros para barcos de recreio e de pescadores. Isso está já orçamentado, estamos a falar de 300 mil contos e enviei hoje mesmo para Lisboa (com uma velinha acesa) para que o Estado possa vir a financiar essa obra, que as populações de S. Jacinto anseiam há vários anos e que todos nós que gostamos de passear na Ria sentimos que é urgente, porque é difícil estacionar um barquito mesmo que seja de 5 metros, porque não há onde estacionar. Tornando isso fácil, a pequena economia local de S. Jacinto, só com as pessoas que iriam passear teria muito a ganhar com isso. Portanto, em relação a S. Jacinto estão dados passos importantes e francamente estou esperançado, que é o ano, em que isso vai avançar.*

*Falou ainda na sinalização de rotas, nos ancoradouros do Rio Novo; são ideias excelentes. Nós seio da AMRia, um dos projectos pelo que eu me tenho batido e que vamos candidatar ao próximo quadro de comunitário de apoio, é um Plano de Ordenamento da Ria, que vá dizer onde se vai fazer caça, com guias turísticos para aqueles que queiram ir à caça na Ria não matem onde não devem; balizar os canais como deve ser, vamos aterrar alguns sempre que isso se justifique para que outros fiquem mais desafogados; tomar decisões sobre a recuperação dos muros das marinhas; quais são os sítios onde pode haver construção em termos turísticos; uma nova Pousada (porque não), em 40 quilómetros de água só temos uma Pousada, porquê?. Enfim, queremos candidatar esse projecto que são milhões de contos ao próximo quadro comunitário de apoio. Além disso, como sabem, em termos de canais urbanos temos pendente*

*para apreciação (que vai a nova Administração Portuária a ter um palavra importante a dizer nisso), um pedido para municipalizar os canais urbanos e uma zona envolvente que consideramos desnecessária à exploração comercial do porto e, portanto, queremos que a Câmara Municipal de Aveiro possa ter jurisdição sobre todos os canais urbanos.*

*O Sr. Deputado Manuel Coimbra também colocou aqui algumas questões. Sobre a de saber qual é a política de preços do Teatro Aveirense. Eu não sei o que é que se passou com esse caso concreto, mas a política de preços do Teatro, nós temos seguido a que existia porque estamos numa fase de transição. Nós próximos dias deverá ser designado o novo concelho de gerência, já designado pela Câmara, e até lá há uma gestão que se limita a gerir os critérios, as tarifas que existiam. Eu penso que o próximo Conselho de Gerência terá de ter três preocupações desde logo. Por um lado esta gestão corrente de pagar a luz, evitar que se fume, tomar cautelas quanto à segurança, emprestar o Teatro às colectividades locais e para as associações culturais e depois uma outra mais ousada que é fazer uma programação agressiva, que traga a Aveiro grandes artistas e grandes espectáculos que possam ser suportados por aquela sala. Finalmente, e ao mesmo tempo, e é por isso que eu digo que vai ser um ano de transição, que se dê os passos necessários para que se renove o Teatro em função do programa que se quer fazer. Há verbas para a renovação, mas a renovação de um Teatro como este exige muitos cuidados. Temos já uma listagem de arquitectos de renome (alguns estrangeiros) com currículo sólido na renovação de espaços teatrais e, portanto, logo que esse Conselho de Gerência tome posse, tem de definir políticas e saber o que vai fazer. Esse é um episódio que eu vou procurar saber o que se passou, mas que não corresponde a nenhuma política deliberada do actual Executivo.*

*Falta sinalização nas novas rotundas. É verdade, mas ela vai ser posta, tem a haver com o atraso da obra. Os gráficos dos STUA, diz-me o Eng.º Canas que foram retirados porque alguém se queixou que estavam lá só para fazer figura e, portanto, ele desta vez retirou.*

*O Prof. Henrique Diz, questiona qual é o papel da Câmara na fachada do Museu de Aveiro. Trata-se efectivamente de uma obra do Estado, mas garanto-lhe que quando o Sr. Ministro da Cultura cá veio em Maio, a obra começaria em Junho, era garantido, eu até ofereci os andaimes da Câmara e não começou. O que lhe posso garantir é que o papel da Câmara de Aveiro foi o de exercer uma enorme pressão, sistemática, sem fugir à verdade posso dizer que de 15 em 15 dias eu telefonava para a pessoa responsável a saber o que se passava, e essa insistência acabou por dar fruto. Há portanto aqui o papel de acompanhamento político, de interesse, de pressão, que eu acho que a autarquia tem de desempenhar em casos como este porque corríamos o risco de chegar ao fim do ano e a verba ser cativada para outro tipo de coisa.*

*Outro caso que citou foi o dos Jovens Criadores. O nosso papel aí foi o de colaborarmos. Aí houve uma colaboração mais estreita, nós apoiámos financeiramente e disponibilizamos todas as salas e organizámos localmente a iniciativa.*

*Penso que respondi ao essencial, é capaz de ter ficado uma pergunta ou outra por esclarecer, mas penso que respondi ao essencial. Muito obrigado.”*

**Vogal Capão Filipe:**

*“No edifício principal aqui em frente ficará a Presidência da Câmara. E a sede da Assembleia propriamente dita e os escritórios dos Grupos Parlamentares também irá para aqui? É que eu não estou esclarecido.”*

**Presidente da Câmara:**

*“Eu não disse que a sede da Assembleia ficaria no edifício nobre. O que temos pensado, embora tudo isso possa ser revisto, a sede da Assembleia Municipal e os respectivos serviços ou ficarão depois neste edifício devidamente adaptado ou ficarão no Centro de Congressos em espaço diferente. Mas isso está em aberto ainda.”*

Vogal António Salavessa:

*“O Sr. Presidente respondeu a maior parte das questões substanciais que eu tinha colocado, admito o critério de não abordar algumas. A questão das escolas eu verei posteriormente com o Sr. Vereador do Pelouro aquilo que quero tratar, para se for questão para trazer à Assembleia o fazer, mas era bom que o problema que coloquei, se houve ou não intervenção da Câmara a seguir aos dois atentados ao ambiente que referi, essa questão pedia-lhe que me dissesse Sim ou Não e que tipo de intervenção é que aconteceu.*

*Só dois ou três comentários. Já há pouco tive ocasião de dizer que essa relação com o Governo e esse investimento do Governo em Aveiro, é bom para Aveiro. E, o Presidente da Câmara e a Câmara terão um papel nessa situação, embora saiba o que é que está por trás. Por trás esta certamente os interesses eleitorais do Partido Socialista, está o investimento numa Câmara que ganhou e que é importante que mantenha, portanto é um conjunto de circunstâncias que se é bom para Aveiro que venha. Mas é evidente que corresponde a um tratamento desigual e desequilibrado em relação a outros municípios e até municípios do Partido Socialista. Há como é evidente filhos e enteados, no distrito, patentes no PIDDAC. É extraordinário como é que a engenharia militar com tanta ponte, com tanto caminho rural que ainda está por fazer neste país, venha agora fazer um Lago!? É extraordinário! Há-de me dar os seus contactos para eu poder entregar a outros Presidentes de Câmara da CDU e se calhar outros PS que gostariam de os ter. Mas eu repito, é bom para Aveiro.*

*O Sr. Presidente referiu que as Presidências Abertas correspondem à possibilidade das pessoas participarem nas reuniões do Executivo, colocarem problemas, exercerem assim pressão que possibilita a dar resposta aos problemas do quotidiano. Eu apelava ao Sr. Presidente, para além desses apelos e dessa pressão das populações, ouvisse também as questões do quotidiano que são colocadas por esta Assembleia e que continuam sem ter resposta! É o caso, já aqui citado, da rotunda do Oita, que é um caos completo para quem tem de vir a horas de ponta para entrar na cidade por aquele lado. O Sr. Presidente se passasse por lá veria a razão que nos assiste quando aqui colocamos o problema repetidamente. O problemas das carreiras de autocarros para a Universidade, quer para os que vêm diariamente, que aqueles que chegam no início da semana e que se vão embora no fim de semana, e que arrastam sacos enormes desde a estação até às residências da Universidade; a passagem de nível de Mataduços, etc. Portanto é bom que ouça os cidadãos nas Presidências Abertas, mas ouça também aquilo que é colocado na Assembleia.”*

Presidente da Câmara:

*“Eu não sei se há uma especial generosidade do Governo em relação à Câmara de Aveiro. Uma coisa é certa: se Aveiro não for capaz de apresentar projecto susceptíveis de serem apoiados, os financiamentos não caem. Penso que isso se passa com uma Câmara PS ou uma Câmara PSD, acredito na isenção do Governo nessa matéria. Sobre as descargas. Não tínhamos conhecimento da descarga da Portucel, penso que a fiscalização foi verificar o que se passou com a descarga do Paço, mas não temos conclusões.*

*Finalmente sobre a rotunda. Aquela rotunda incomoda toda a gente. A dificuldade para que aquela rotunda seja mudada - e ainda tive uma reunião com o Sr. Director da Electricidade Norte - é que está lá um PT e até agora ainda não foi possível encontrar uma solução para o PT. Eu sugeri que se enterra-se - parece que fica muito caro - agora parece que há uma alternativa que é colocá-lo debaixo da ponte. Portanto a solução está encontrada, o PT vai ser tirado dali. A partir do momento em que ele saia começam as obras de alargamento da rotunda e portanto, também isso vai finalmente ser solucionado, que é de facto uma situação negra o trânsito naquela rotunda.*

*Quanto à engenharia militar. A engenharia militar tem de facto uma lista de espera que é solicitada por muita gente. Nós lembrámo-nos, inscrevemo-nos a tempo, chegou a nossa vez.*



*Não estamos a ser privilegiados há uma série de obras em carteira para a engenharia militar e este é o género de trabalho que eles têm algum interesse em fazer.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Sr. Presidente, deixe-me dizer do meu contentamento, pela capacidade de manobra política que o Sr. Presidente tem junto do Governo. Mas, se me permite um conselho de amigo, talvez seja altura de começar a olhar para a retaguarda, porque o seu sucesso é meteórico e há certamente já em preparação a “noite das facas longas”; de maneira que tenha cuidado Sr. Presidente! Se voltarmos à sua intervenção e às respostas que não deu, eu pus uma quantidade de questões que eu gostaria de ver respondidas e que eu não sei como é que pretende gerir.”*

Presidente da Mesa:

*“Bem... o Presidente da Câmara responde àquilo que entende responder.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Sr. Presidente, apreciei muito a comunicação que o Dr. Raúl Martins prestou a esta Assembleia, mas houve duas afirmações que eu gostava de ver confirmadas. Disse a certa altura que em Aveiro se compra nos nossos talhos produtos de boa qualidade e que não é aquilo que reflecte na maior parte do país. Isto foi uma hipérbole, uma figura de retórica, ou realmente é realidade e isto é problema de saúde pública e que Aveiro é um paraíso que nós temos aqui? Porque vindo de um técnico fiquei preocupado. É que quando diz que os produtos das grandes superfícies não sabemos de onde vêm, fico preocupado, porque a maior parte da população de Aveiro faz compras nas grandes superfícies com confiança. Isso poderá ser significativo de mais alguma coisa, ou realmente não passou de uma hipérbole? Muito obrigado.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Há uma coisa que nós temos a certeza, as pequenas superfícies, o comércio tradicional de carnes, abastece-se prioritariamente no matadouro de Aveiro. E aí eu sei o que se passa em termos de fiscalização. A fiscalização das carnes não compete ao matadouro mas sim à Direcção Geral de Veterinária através dos organismos competentes. Agora das grandes superfícies, nós exactamente não sabemos de onde vêm. E quando digo que não sabemos de onde vêm, sabemos que, basicamente o país é deficitário em carne e que a maior parte dessa carne é carne importada. Obviamente, não digo que ela não tenha as características higio-sanitárias suficientes. O que eu estou a dizer é que em Aveiro, em média relativamente ao restante do país, a carne dos talhos tradicionais é carne de boa qualidade. Foi isso que eu disse e não mais. Não disse que há nenhum problema de saúde alimentar nas carnes das grandes superfícies.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Fiquei um pouco surpreendido quando justificou a sua motivação para fazer as reuniões nas freguesias. Portanto as Presidências Abertas, pelo facto de aí aparecer a população. Portanto gosta do contacto coma população; acho bem. Fico é surpreendido e acho alguma contradição nessa sua afirmação quando na Câmara reduziu as duas reuniões públicas mensais para apenas uma!? Penso que há alguma contradição nisso. Penso que foi um lapso involuntário. A propósito dos Planos de Pormenor, o Sr. Presidente disse que quando chegou à Câmara encontrou a actividade paralisada uma vez que não havia Planos de Pormenor e, portanto, a cidade não podia prosseguir os seus intentos de edificação. Bem, eu não sei se foi assim, mas quase posso afirmar que não é seguramente. Porque se bem me recordo, o PDM foi aprovado há três anos e a sua aprovação teve como efeito automático a revogação de todos ao Planos de Pormenor. E, ao que sei, a construção não parou em Aveiro nos últimos dois anos; teve um*

*curso normalissimo. Portanto o Executivo anterior teve um expediente que agora serve o Sr. Presidente e o seu Executivo, que foi o de ir aprovando soluções ao abrigo de um plausível Plano de Pormenor que iria surgir para o local. Agora isso tem um limite, há momentos em que isso se justifica, mas a partir de certa altura deixa de ter justificação porque então passa a ser o Executivo a dar forma à cidade abusando claramente do poder que tem. Porque, segundo interpreto, esse poder é da Assembleia. Portanto, há-de haver um momento em que tem de haver planos de pormenor aprovados pela Assembleia, porque é esta Assembleia que define a cidade que quer, com a cércea que entende, com os arruamentos que pretende, com as zonas verdes que acha para a vivência nesta cidade. Portanto quando neste momento este Executivo não dá atenção aos planos de pormenor está a exorbitar. Portanto, gostaria que o Sr. Presidente reconhecesse o lapso que cometeu, de que o Executivo anterior nunca embarçou e nunca paralisou a actividade da Câmara nesse aspecto, porque teve de o fazer mesmo.”*

Vogal Joaquim Abreu:

*“Relativamente ao que aqui foi dito pelo Prof. Diz e pelo Dr. Coimbra, cito, que as referências contidas na comunicação do Sr. Presidente da Câmara não condizem com o que foi afirmado pelo Presidente da Junta de Eixo, fim de citação. Sobre isto, e a título de esclarecimento, talvez por culpa minha, já devia ter dito, que a Presidência Aberta decorreu bem e foi proveitosa para a minha freguesia; em abono da verdade tenho de dizer isto.*

*As reclamações que tive de apresentar nesta Assembleia, na última reunião, não contradizem as minhas afirmações anteriores de que a Presidência Aberta tenha decorrido da melhor forma. É que se tivéssemos de abordar questões como as que apresentei seriam necessários não dois dias de Presidência Aberta, mas sim quatro ou mais. O programa estabelecido não comportava a apresentação de pequenas questões nomeadamente, as que se prendem com correspondência de vários assuntos que tardam em ser resolvidos. Apreciamos a postura e a isenção do Sr. Presidente da Câmara e o seu empenho em conhecer e porventura resolver as grandes questões que preocupam a Junta de Freguesia de Eixo. Isto não significa que eu não possa continuar a questionar o Executivo camarário sobre os casos concretos que continuam a constituir as minhas preocupações, e eles vão surgir agora no decorrer da apreciação do Plano de Actividades e Orçamento. Muito Obrigado.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Gostaria de esclarecer, que as palavras do Presidente da Junta de Eixo confirmam aquilo que eu disse acerca do relatório do Sr. Presidente da Câmara. Muito obrigado.”*

Presidente da Mesa:

*“O Sr. Presidente da Câmara ainda quer complementar... não quer. Dou por encerrado este ponto que teve cadências várias e que terminou com uma agradável charla inter-bancadas. Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.”*

### PONTO N.º 3 CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 15-10-1998, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo)

Presidente da Câmara:

*“Muito rapidamente para formalizar a apresentação da proposta da Câmara. Na sequência da última Assembleia, nós deliberamos novamente em Câmara, desta vez com os parâmetros correctos, eu em coerência sustentei que a taxa devia ser a máxima porque entendo que isso era*

*muito importante para as finanças do município. Entretanto, na discussão que se gerou na Câmara, chegou-se a uma solução de consenso que obteve a unanimidade no sentido da taxa a propor a esta Assembleia ser de 1,1 %. Portanto é essa a taxa que eu proponho à Assembleia. Muito obrigado.”*

Presidente da Mesa:

*“Há duas propostas apresentadas na Mesa, uma apresentada pela bancada do Partido Socialista e uma outra apresentada pelas bancadas do PSD e PP, que passo a ler:*

« Proposta do PS

A bancada do Partido Socialista associa-se à preocupação já manifestada pela Câmara Municipal de Aveiro, relativamente à exiguidade de receitas da autarquia, preocupação tanto maior quanto se atente à situação económica e financeira com que esta autarquia se debate. Reconhecendo o dinamismo que, notoriamente, o executivo vem imprimindo a Aveiro e, bem assim, o receio, por aquele manifestado, de se poder ver coarctado no seu propósito de desenvolvimento do concelho, entende a bancada do PS que a problemática das receitas municipais (a par, obviamente, das despesas) carece de uma profunda reflexão e reestruturação. Conta o executivo municipal com a bancada do PS para essa reflexão. Não obstante, no que ao valor da taxa de contribuição autárquica a cobrar no ano de 1999 diz respeito, e atentas a sua incidência, não sobre o rendimento mas sobre o património e sobre este avaliado de um modo determinado, e, bem assim, os limites legais da sua fixação, que se situam entre 0,7 e 1,3 %, afigura-se como mais justo e equilibrado fixar a respectiva taxa no ponto intermédio entre aqueles dois valores, o qual é, aliás, o ainda vigente. Propõe a bancada do PS, por conseguinte, que esta Assembleia fixe em 1% a taxa de contribuição autárquica para o ano de 1999.»

«Proposta de resolução do PSD e do PP

Considerando:

- 1) Que o Governo da República tem várias vezes referido a possibilidade de se virem a verificar aumentos significativos dos valores matriciais de prédios, o que irá agravar os efeitos dos 10% de aumento proposto pela câmara Municipal de Aveiro para a Contribuição Autárquica;
- 2) Que, deste modo, os efeitos cumulativos destes aumentos se iriam reflectir sobre os proprietários dos prédios mais antigos, onde vivem, em geral, pessoas mais idosas cujas capacidades económico-financeiras são tantas vezes débeis;
- 3) Que a proposta da Câmara Municipal revela, pelas razões acima expressas, enorme insensibilidade a factores de ordem social;
- 4) Que o montante da contribuição autárquica previsto no orçamento de 1999 se traduz num aumento de 62% em relação ao valor em 1997 - passa de 618.234 contos para 1.000.000 de contos - o que representa um forte agravamento global do esforço financeiro dos municípios Aveirenses, propõe-se: Que a taxa de contribuição autárquica seja mantida em 1%.»

Vogal Filipe Brandão:

*“Sr. Presidente, Srs. Vogais da Assembleia Municipal. Quanto à fundamentação da nossa proposta eu creio que deste texto resulta que a mesma é apodíctica. Sobre esta questão eu gostava de tecer dois considerandos: primeiro referir que este é um caso paradigmático da natureza dos órgãos do município. A Assembleia Municipal não é a Câmara Municipal (mas isto “La Palice” se fosse membro desta assembleia também o diria), mas revela-se na Assembleia Municipal a sua função de fiscalização da acção do Executivo, e sobretudo, da imposição dos interesses do município. É portanto legítimo que aquilo que é a pretensão de um órgão executivo, possa ser mitigado com outros interesses e desde logo, este será um desses casos. As duas propostas que surgiram, a nossa e do PSD, confluem quanto ao resultado final. Não posso deixar de verberar alguma tentação de facilitismo verbal da parte do PSD, quando refere, que a*

*proposta da Câmara revela uma enorme insensibilidade às questões sociais. É evidente que um considerando destes acaba por atingir os próprios Vereadores do PSD, que eu não acredito que sejam enormemente insensíveis às questões sociais; porque a proposta da Câmara foi aprovada por unanimidade. Portanto, creio que a proposta do PSD, que também subscrita pelo PP, é injusta para a Câmara e necessariamente para os respectivos Vereadores. Portanto, penso que a aprovação deste valor revela-se consensual, os considerandos não são confluentes, enquanto o PSD e o PP colocam a tónica num risco que se correria com o agravamento da contribuição autárquica, nós colocamo-lo já perante uma iniquidade presente, ou seja, o problema da contribuição autárquica uma vez que ela se afere sobre o valor tributável dos prédios e sabendo nós que essa avaliação se encontra feita de um modo iníquo como se encontra feita, qualquer agravamento se traduz numa injustiça e numa iniquidade. A verdade é essa e resulta perfeitamente claro da nossa proposta, a manifestação da total disponibilidade, para uma discussão da reestruturação da receita. E eu recorro, que virão neste mandato várias propostas de regulamentação sobre vários temas, que têm reflexos directos nas receitas camarárias e que cuja actualização nós, enquanto fomos oposição, sempre protestámos pela inacção do PP. Várias vezes interpelámos, e é justo dizê-lo, também o Dr. Victor Mangerão da bancada do PSD protestou pelo facto do município estar a ser prejudicado pela não actualização de várias taxas municipais e portanto, o Executivo tem o nosso total apoio e consequentemente reiteramos a nossa proposta e o nosso sentido de voto, que será na fixação da taxa de 1%.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Sr. Presidente fico satisfeito em verificar, que a bancada do PS, resolveu acompanhar as bancadas da oposição na proposta de redução de contribuição autárquica que o Executivo pretendia implementar...”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Uma interpelação à Mesa. V. Ex.ª importa-se de indicar a numeração das propostas.”*

Presidente da Mesa:

*“Peço desculpa, há bocado não disse a numeração das propostas. A primeira proposta é subscrita pela bancada do PS. A segunda proposta (com essa ordem de entrada) é apresentada pela bancada do PSD (e para ser mais rigoroso) tem duas assinaturas a do prof. Britaldo e do Prof. Henrique Diz e depois tem uma rubrica que diz pela bancada do CDS/PP, com duas assinaturas, a do Dr. Capão Filipe e Dr. Jorge Nascimento. Portanto, é uma proposta apresentada pelas duas bancadas.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Eu gostaria de dizer, que acho graça a esta questão do número da proposta, na medida em que a nossa proposta foi apresentada muito antes e por razões estratégicas foi apresentada depois; enquanto a bancada do PS estava a preparar a proposta deles. Mas não há problemas de maior por isso. Agora, deixem-me acrescentar outra coisa: o Sr. Deputado Filipe Brandão fez, e muito bem, a separação de poderes no que respeita à actuação ao nível do município, distinguindo claramente o que era a Câmara Municipal e a capacidade que a Assembleia Municipal tem de alterar as decisões da Câmara Municipal. Da mesma forma que a bancada do PS propõe uma alteração face à votação dos Vereadores do PS, a bancada do PSD e do PP propõe uma alteração às deliberações com que os Vereadores do PSD e do PP concordaram. Portanto estamos aqui em perfeita igualdade de circunstâncias. Onde não estamos em igualdade de circunstâncias é que de facto, o PS utiliza a palavra injustiça e nós utilizamos a expressão insensibilidade social, que aliás, será amplamente demonstrada no decurso da discussão de um*

*ponto (que hoje possivelmente não temos tempo), que diz respeito ao Plano de Actividades e Orçamento.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Claro que é uma evidência que a determinação que resulta da proposta é igual, simplesmente e já foi dito também, a fundamentação é diferente no quadro dos valores. E como bem disse o Prof. Henrique Diz, o PS eleva o valor da injustiça, nós reconhecemos que realmente que a proposta da Câmara é de todo injusta e crescemos-lhe uma nota mais forte, que é a insensibilidade social. É a insensibilidade da Câmara em relação ao problema social de quem teria de pagar este valor acrescido. Sobre quem se moveu ou não se moveu e qual a antiguidade dessa oposição, creio que ficou logo bem patente, logo que a Câmara anunciou esta proposta numa ordem de trabalhos com um 1,3%, o Executivo procurava tirar à população, aos municípios, aos contribuintes, o imposto autárquico em 1,3% do valor inscrito matricialmente. E só recuou neste propósito porque nós, as bancadas que subscrevem a segunda proposta, fizeram notar claramente que iriam votar um rotundo não a essa proposta e iriam votar a proposta do 1%. Portanto, o que está na génese desta proposta do PS (e é minha convicção), é realmente a bancada do PS que sustenta o Executivo ter mudado de posição. Eu como estou de acordo ( e não é pela proposta ser subscrita também por nós), com a fundamentação da nossa proposta e porque nós fomos os motores desta reviravolta, acho justo que a proposta do PS e da Câmara sejam rotundamente chumbadas nesta Assembleia e a nossa aprovada. É esse o meu propósito.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Sr. Presidente, em relação às três propostas formuladas, pois eu não tenho dúvidas nenhuma em dizer, claramente, o meu não à proposta apresentada pela Câmara (naturalmente por isso é que subscrevi outra). Na verdade aquela ideia de aumentar de 1% para 1,1%, essa diferença pequenina, não há dúvida nenhuma em termos percentuais é um aumento de 10%. Também não há dúvida nenhuma que se perspectiva e já se verificou em parte, aumentos relacionados com o valor matricial dos prédios. E também não há dúvida que aí está um aspecto social que me parece importante, porque sabemos que quem compra uma casa, durante dez anos não paga contribuição, quem vai ter de pagar contribuição quando aumentar o valor são as pessoas mais velhas e muitas delas não têm capacidade financeira e, portanto, isso preocupa-me. Portanto, diria eu que, até em termos gerais concordo com o Dr. Neto Brandão quando ele diz “que o próprio imposto revela injustiça e iniquidade” agora, o que me admira é que ele diga que não haja insensibilidade de Câmara, quando na realidade vai aumentar a injustiça e a iniquidade, quando vai aumentar 10%. Portanto, parece-me razoável o que temos aqui escrito, é que de facto, existe insensibilidade a factores de ordem social. Por isso penso que a metodologia terá de ser a seguinte no que diz respeito à proposta apresentada pelo PS e a apresentada pelo PSD e pelo PP, sendo as propostas ambas de 1% idêntica. Eu não subscrevo a proposta do PS, porque os considerandos não me parecem razoáveis e os nossos parecem-me muito mais justos e reflectirem a situação concreta da insensibilidade sobre aspectos sociais e portanto, não proponho que se modifiquem as propostas. Queria que a nossa proposta (se todos estiverem de acordo) se mantenha de pé, apesar do fim ser o mesmo.”*

Vogal Capão Filipe:

*“Muito Obrigado, Sr. Presidente. O que estava aqui em causa neste ponto era seguramente o aumento da carga fiscal para o aveirense. E nós, ao tentarmos descrever o quotidiano do contribuinte aveirense chegamos à seguinte conclusão: o cidadão aveirense ao investir, como sabemos, paga IRS; ao comprar bens paga IVA; do seu trabalho paga IRS; se encher o depósito de gasolina paga o imposto sobre produtos petrolíferos; o aveirense que fuma paga imposto sobre o tabaco. É que o imposto de contribuição autárquica fica em Aveiro, mas todos os outros*

*impostos (uma parte significativa) vai para a despesa pública, vai para o governo central. E por sua vez, quando queremos aumentar a carga fiscal autárquica para ir buscar mais algum dinheiro, nada mais errado. Será sim, redistribuir aquilo que o aveirense paga a nível do Governo Central e fazer regressar com a contribuição directa do Orçamento do Estado proporcionalmente à colecta de cada região, isto é, se queremos entrar com a contribuição da maior carga fiscal do aveirense não será seguramente ir pelo aumento da contribuição autárquica, mas será através das regras estabelecidas com o Poder Central, uma maior percentagem para Aveiro. Não nos iludamos com o que aconteceu relativamente ao Teatro Aveirense, que já é uma boa tentativa, o facto de parte do imposto sobre tabaco servir para reconstruir o Teatro Aveirense. Mas já viram quanta carga tabágica, quantas unidades maço ano o Aveirense teve de fazer, para restaurar o Teatro Aveirense. Eu posso mesmo dizer que seguramente e se calhar, os charutos do Presidente da nossa Assembleia davam já para restaurar dois teatros aveirenses, acreditando que não os compre nas free-shops.*

*O segundo aspecto. Falou-se que poderia haver uma certa incoerência da nossa vereação com o 1,1% e a postura aqui trazida de 1,0%. Eu faço reparar que a amplitude de alteração do Partido Socialista é de 1,3% para 1,0%. Isto é, teve de colocar 0,3% na gaveta (provavelmente as mesmas gavetas onde tem colocado outras coisas). O nosso 0,1% seguramente que não foi para a gaveta até porque é de nossa informação que 1,3% nunca.*

*Um terceiro aspecto que eu gostaria de assumir, é que o Partido Socialista foi eleito, assumindo um projecto e assumindo um protagonismo, e quando falamos nesta questão da contribuição autárquica, da qual depende em grande percentagem o aumento do Plano de Actividades e Orçamento, iria buscar este aumento percentual em termos de contribuição autárquica está a ferir gravemente o que vem a seguir...”*

Vogal Filipe Brandão:

*“O Sr. Doutor importa-se de quantificar. Faz alguma ideia de qual é a repercussão do 1,1% para um 1,0% ... não faz! Eu gostava de o interpelar directamente. O Senhor está a acusar a grave situação desta alteração no Plano de Actividades e Orçamento, eu sei o valor da repercussão desta alteração, e gostava de saber se o Senhor Doutor sabe do que é que está a falar?”*

Vogal Capão Filipe:

*“Olhe, em relação a isso eu não tenho aqui um assessor de apelido Guterres para lhe poder responder em termos de números...”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Então há uma alteração grave no Plano de Actividades e Orçamento! Eu estou a perguntar-lhe directamente qual é esse montante?”*

Vogal Capão Filipe:

*“Eu gostava de terminar o raciocínio... estamos aqui não numa questão de pormenor mas numa grande incoerência em quem representa um projecto e quem tem um protagonista, numa grave questão de fundo. Para terminar, nota-se aqui uma falta de convicção no vosso projecto e no vosso protagonista. Muito Obrigado.”*

Vogal António Salavessa:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Mantendo o valor que está a ser actualmente cobrado no município de 1,0%, isso significa que no próximo ano haverá um aumento da receita da*

*contribuição autárquica em resultado de todos os novos prédios que foram registados. Portanto, há uma tendência natural para o aumento do valor quando a taxa se mantém uniforme. Já um aumento da percentagem se traduz num agravamento para cada particular. E de facto, como aqui foi dito 0,1 significa 10% de aumento da contribuição autárquica. Quem tem um apartamento registado por 10 mil contos e que paga actualmente 100 contos passaria a pagar 110 contos de contribuição. Parece-me, no actual quadro, não ver razão particular para se fazer um agravamento injustificado, quando há uma tendência natural para o aumento das receitas. Mas 1,3% então seria um erro gravíssimo, ainda bem que foi parado a tempo. Assim, manter-se a situação que já vem de há vários anos no município e não proceder ao agravamento, estou de acordo. Assim, estou de acordo com o teor das duas propostas e não estou de acordo com os considerandos de nenhuma. Mas a injustiça está noutro lado. É que quem constrói casa própria sem necessidade de empréstimo declara o valor matricial que quer, e há exemplos tristes, nomeadamente de latas instâncias do Partido do Poder, casos de declarações matriciais bastantes inferiores aos valores reais. Ora isso não é possível para quem faz uma casa recorrendo ao empréstimo bancário, porque tem de registar, porque há hipoteca e paga de facto assim. Caso passe a haver uma reavaliação dos valores matriciais, penso que então sim deverá ser reavaliada a situação porque pode justificar-se uma baixa da contribuição autárquica em relação àquela que é cobrada actualmente.*

*Por último, quero deixar clara a minha convicção, que aquilo que a nós assistimos hoje aqui é sobretudo a demonstração das virtualidades da maioria relativa do PS. Porque, caso a Câmara estivesse escudada numa maioria absoluta sinceramente não sei se hoje se estaria a assistir a esta alteração de 1,1% para 1,0%.”*

Presidente da Câmara:

*“Eu sou um bocado atrevido, mas não acredito que seja capaz de inverter o sentido de voto das bancadas todas. Mas não quero deixar de dizer o seguinte: de facto, a proposta da Câmara foi acusada de alguma insensibilidade social, mas deixem-me colocar a questão ao contrário. As propostas que foram agora apresentadas, significam para as finanças do município 100 mil contos a menos. No exemplo do Sr. Salavessa (que é um bom exemplo), um casal que pague 100 contos passaria a pagar 110 contos, ou seja, por mês mais um conto no orçamento. Nós com esses 100 mil contos, íamos poder responder a 1/5 das necessidades em habitação social que temos orçamentadas para o próximo ano. Não sei o que é que é mais insensível socialmente, se é sacrificarmos esses 100 mil contos na construção de casas para pessoas carênciadas, se é fazermos repercutir este 1 conto mês, num orçamento de um casal médio que está em condições de o pagar, que pôde comprar uma casa de 10 mil contos. Eu deixo isto à consideração dos presentes, e poderia dar muitos outros exemplos, porque esses 100 mil contos a menos poderiam ter uma utilização social de uma forma muito mais imediata. Deixo este argumento à vossa consideração. Não tenho esperança de inverter o vosso sentido de voto, mas queria pelo menos contestar a falta de sensibilidade com que apodaram a proposta da Câmara.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Uso da palavra, não para comentar a intervenção do Sr. Presidente, mas para retomar aquilo que foi dito antes. Directamente ao Sr. Salavessa - maioria absoluta do PS, maioria relativa - Penso que posso dirigir-me directamente a V. Ex.ª, para transmitir o penhor da minha pessoa, que esta proposta da bancada do PS não seria minimamente alterada pela posição maioritária do PS nesta matéria. Esta posição é uma convicção, foi expressada várias vezes (e é consultar as actas, de intervenções minhas nesta matéria). A contribuição autárquica, é uma matéria que se prende com política fiscal, com a forma da avaliação tributável dos prédios (e reconhecer-me-á que é algo com que lido todos os dias), é uma matéria que carece de uma profunda reestruturação, eu recordo que nos vários anos de Governo PSD, várias vezes se avançou com*

*propostas, algumas particularmente interessantes, mas que nunca foram levadas a termo, já durante este Governo se aventara outras possibilidades que manifestamente não serão levadas a termo nesta legislatura e, portanto, nós entendemos não agravar a contribuição autárquica como sempre o entenderíamos. Entender o contrário, é obviamente, um entendimento seu, mas reconhecerá que manifesto o meu protesto sobre isso uma vez que se reflecte do ponto de vista pessoal.*

*Relativamente às intervenções da bancada do PSD, eu quero repudiar a habilidade interpretativa feita pelo Prof. Henrique Diz, já não acompanhada pela intervenção do Prof. Britaldo, que foi mais rigoroso na análise da proposta do PS. É evidente que o PS não apodou de injusta a proposta da Câmara e a diferença que subjaz quanto aos considerandos e só um parênteses para dizer que quando se vota, não se votam considerandos, votam-se conclusões. Eu recordo entre outras a célebre proposta do III Congresso de Oposição Democrática, em que foi por se entender que só se votava a conclusão que o PP votou favoravelmente uma vez que manifestou na altura objecção quanto aos considerandos. Mas, reportando-me, o que distingue os considerandos, é que enquanto o PS coloca a tónica na iniquidade a montante da forma como se encontra feita a avaliação tributável dos prédios; a consideração da AD (a proposta da AD) se refere não a essa iniquidade a montante, mas coloca o ónus na insensibilidade dos proponentes. E o que eu denunciei, e sustento, é que essa acusação de insensibilidade se repercute em todos os proponentes ( uma vez que veio uma proposta aprovada por unanimidade da Câmara ) e portanto, essa injusta acusação dirigida ao Executivo é uma injusta acusação dirigida também, designadamente, ao Eng.º Cruz Tavares, ao Sr. Domingos Cerqueira, à Dr. Maria Antónia. Eu entendo que V. Ex.as não terão querido atingir os vossos Vereadores de falta de sensibilidade, mas atendendo à forma como vem redigida, eu entendo que essa acusação inculca sobre a perspectiva e a postura camarária. Mas sobretudo, o que eu queria denunciar, uma vez que a invocar os galões da AD, é que a AD na pessoa do Dr. Capão Filipe, revela bem aquilo que vale. O Dr. Capão Filipe, não fora agora a explicação do Sr. Presidente, era incapaz de concretizar, por isso, inconcretizáveis demagógicas afirmações, quando referiu a gravíssima repercussão desta alteração da taxa no Orçamento e simultaneamente, foi incapaz de quantificar o montante dessa alteração. É evidente que, com isto, resultou frustrada uma tentativa ténue de colocar qualquer embaraço ao Executivo e resultou também demonstrada a falta de preparação e apenas traduzir aquilo que eu já dissera na última Assembleia: a AD é uma mera confluência negativista, não tem um projecto próprio senão combater o Partido Socialista. É só.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Chamo mais uma vez a atenção dos mais distraídos, que de facto, existe a nível da Autarquia uma separação de poderes. Portanto, é perfeitamente legítimo, como aliás foi reconhecido pela bancada do PS, que uma decisão do Executivo venha a ser alterada por decisão da Assembleia Municipal. Como tal, é também perfeitamente legítimo, que a opinião dos deputados municipais de um determinado grupo parlamentar, não coincida com a posição dos vereadores pertencentes ao mesmo Partido; como aliás aconteceu com o Partido Socialista. Essa é uma questão que tem de ficar perfeitamente clara. Agora, gostava apenas de fazer um pequeno comentário à intervenção do deputado Dr. Filipe Brandão. O Dr. Filipe Brandão, gosta de falar de entidades que não têm existência! Eu pensava que a proposta tinha sido submetida pelas bancadas parlamentares do PSD e do PP, o Sr. deputado entende que foi submetida por uma entidade cuja existência eu ignoro.*

*Agora, em relação ao Sr. Presidente da Câmara, permita-me que lhe diga o seguinte. O Sr. Presidente, tem imensas oportunidades de aumentar a verba para habitação social (como veremos na discussão do Plano e Orçamento para 99), e eu não vi no Plano e Orçamento de 99 uma relação directa entre o dinheiro da contribuição autárquica e a habitação social. Não vi*



*relação directa, peço desculpa. O Sr. Presidente está preocupado porque não pode aplicar 100 mil contos em habitação social e eu garanto-lhe que na altura própria (que não vai ser hoje, entretanto pode tentar ir adivinhando onde é que vai ser), nós dizemo-lhe as rubricas, em que o Sr. Presidente pode poupar o dinheiro para gastar em habitação social.”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“Relativamente à intervenção do meu colega Prof. Diz, eu posso até já adiantar alguma coisa. Primeiro, em termos das receitas, a contribuição autárquica faz parte das receitas correntes que se destinam a financiar despesas correntes. Fundamentalmente, é isto. Basta o Sr. Presidente na aquisição de serviços em vez de gastar um milhão seiscentos e oitenta e seis mil contos que vinha de um real de seiscentos e oitenta e seis mil, ou seja, em vez de aumentar um milhão de contos de 97 para 99 na aquisição de serviços, aumentar só novecentos mil; já está o problema resolvido. Mas podemos sugerir mais. Esta é apenas uma pequena sugestão.”*

Entretanto saíram da sala os vogais Victor Manuel da Silva Martins, Lucas Amaro Rodrigues e Nuno Teixeira Lopes Tavares.

Vogal Jorge Nascimento:

*“O Sr. Presidente, invocou aí um aspecto de 100 mil contos desviados para habitação social. Portanto, beneficiaria o social com maior oferta de habitação. É fácil contrapor argumentos, aliás, como já aqui foi dito e eu não vou repetir, em determinadas rubricas da despesa, também o Sr. Presidente compreenderá que se aumentar a contribuição autárquica, naturalmente, isso tem impacto no arrendamento, quem paga contribuição acrescida há-de querer renda mais choruda e, portanto, lá vai prejudicar o social. Mas eu agora gostaria de pôr um problema mais ou menos de natureza técnica. Foi aqui dito, só para repor a verdade das coisas, que o valor patrimonial tem a ver com o valor da compra, posso dizer sem receio de estar a errar de que não é assim, porque o valor da compra tem a ver agora é com uma avaliação que fazem umas comissões, e tanto faz a pessoa comprar por 30 mil ou 40 mil, se o prédio estiver avaliado em 3 mil é 3 mil que lá está, agora é assim, outrora era de outra maneira, tinha a ver também com essa avaliação mas essa avaliação era influenciada pelo arrendamento. Portanto não tem nada a ver com isso dos ricos e dos pobres. Isto é só para pôr as coisas no devido lugar. Há um dado acrescido ainda que milita contra a proposta da Câmara. Creio eu que de há um tempo a esta parte, não porque força, mas penso que por política fiscal ou por directivas das Finanças, uma coisa que se nota é isto: as comissões têm estado a avaliar a propriedade de uma forma que quase duplica. Eu conheço situações de indivíduos que recentemente compraram fracções imobiliárias por preço inferior àquele que consta do valor patrimonial, e por isso ao abrigo de uma disposição requerem avaliações para pagar menos sisa. Porque tiveram de pagar sisa por um valor superior ao preço real e, portanto, esse valor patrimonial que não é alterado e que vem pelo valor da compra pode ser depois modificado por um segundo requerimento e restituído uma parte da sisa. Essa atitude que eu penso está agora a ocorrer em Aveiro vem determinar que a receita da Câmara engrosse por força da avaliação que vem sendo mais agravada do que era a prática corrente. Isso também justifica que não haja subida nenhuma porque a receita aumenta naturalmente por força desse critério de avaliação.”*

Presidente da Mesa:

*“Meus Senhores, vou equacionar esta situação. É preciso ser rigorista para evitar qualquer equívoco. Diz aqui o Código da Contribuição Autárquica no seu artigo 16.º, ponto 1, alínea b “as taxas da contribuição autárquica são as seguintes: prédios urbanos 1,1% a 1,3%”. Depois no artigo 17.º diz : no caso da alínea b do n.º1 do artigo anterior cabe ao município definir anualmente a taxa aplicável, devendo a decisão da Assembleia Municipal ser comunicada à*

*Direcção Geral das Contribuições e Impostos até 31 de Dezembro do ano a que respeita. Ponto dois deste artigo 17.º, na falta de comunicação deste artigo anterior a contribuição será aplicada pela taxa mínima. Acontece que, estes valores do n.º 1 do artigo 16.º foram alterados pela Lei do Orçamento para 97 (Lei 52/C de 1996 de 27 Dezembro) para 0,7% a 1,3%. Foi alterado o mínimo que era de 1,1% para 0,7%. O que significa, que se esta Assembleia nada deliberar sobre a matéria, no ano que vem estaria em vigor a taxa de 0,7%.*

*Segunda temática. Diz o artigo 39.º da Lei 100/84, na redacção que lhe foi dada pela Lei 18/91, “que compete à Assembleia Municipal fixar nos termos da Lei as taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos”. Acontece, todavia, que no ponto dois diz que esta competência da Assembleia Municipal é sobre proposta da Câmara. Concluindo: a Câmara o que propõe é que no próximo ano seja aplicado aos prédios urbanos uma taxa intermédia de 1,1%, esta é a proposta da Câmara; que é a quem compete a iniciativa nesta matéria. Resulta que, qualquer outra proposta tem o mesmo corpo e varia na taxa. É assim se forem devidamente redigidas e nenhuma está preciosamente redigida «para o ano a taxa de contribuição autárquica para os prédios urbanos será fixada no valor intermédio, em relação aos limites legais» 1,1% dizia a Câmara e dizem os grupos parlamentares 1,0% nas propostas. Portanto, terá de ser votada a proposta de alteração da cifra referida, à proposta referida de valor intermédio da Câmara. Porque se assim não fosse e pusesse à votação primeiro a proposta da Câmara, e se obtivesse reprovação, estava esgotada a competência desta Assembleia porque não temos iniciativa. Portanto o que se trata, é uma proposta de alteração da verba que vem na proposta da Câmara, é assim. Tudo isto para dizer, que o que vai ser posto à votação é uma proposta de alteração da proposta da Câmara; quanto ao valor. A Câmara propõe 1,1% e há um consenso na câmara para que esse valor passe para 1,0%, é isto que vai ser votado. Se for aprovada esta alteração vai depois ser votada a proposta da Câmara, globalmente, com este enxerto. É este o entendimento da Mesa, e é assim que eu vou pôr à votação, a menos que haja recurso para o plenário. ”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Sr. Presidente, não queria tomar todo o tempo que é dado para as bancadas pensarem, mas queríamos ter tempo para equacionar uma declaração de voto. Portanto queria pedir tempo para a votação.”*

De seguida o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos a pedido da bancada do PSD, por um período de cinco minutos.

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de alteração dos valores à proposta da Câmara, apresentada em consenso pelo plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, rectificadas os valores para 1,0% para o ano de 1999, que faz parte do ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais.

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“As bancadas do PSD e do PP votaram favoravelmente a alteração à proposta inicialmente apresentada pela Câmara Municipal, reduzindo o valor da contribuição autárquica pretendido pelo Executivo Municipal, tendo em atenção que:*

- 1) *O Governo da República tem várias vezes referido a possibilidade de se virem a verificar aumentos significativos do valor matricial de prédios, o que irá agravar os 10% de aumento proposto pela Câmara Municipal Aveiro para a contribuição autárquica;*
- 2) *Deste modo, este aumentos cumulativos iriam reflectir-se sobre os proprietários dos prédios mais antigos onde vivem, em geral, pessoas idosas cujas capacidades financeiras são tantas vezes débeis;*
- 3) *Que a proposta da Câmara Municipal revela, pelas razões acima expressas enorme insensibilidade a factores de ordem social;*
- 4) *Que o montante da contribuição autárquica previsto no Orçamento de 1999, se traduz num aumento de 62% em relação ao valor cobrado em 1997, o que representaria um forte agravamento global do esforço financeiro dos munícipes Aveirenses.”*

Vogal António Salavessa:

*“Votei a favor desta proposta de alteração, porque ela permite apesar de tudo, um aumento da receita da contribuição autárquica sem que haja qualquer agravamento para os contribuintes individuais.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Votámos favoravelmente esta alteração, aliás aprovada por unanimidade, nos termos dos considerandos defendidos durante a discussão do mesmo.”*

De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu continuação à ordem de trabalhos desta Sessão

Saíram da sala os vogais, Raúl Ventura Martins, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, José Augusto Fernandes Júnior, João Alberto Simões Barbosa, Manuel Júlio Braga Alves e Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

PONTO N.º 2 AQUISIÇÃO DE BENS:

- a) QUINTA DA CONDESSA DE TABOEIRA;
- b) QUINTA DA MÉDICA.

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal nas reuniões ordinárias de 24-09-98 e 29-10-98, respectivamente, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros da Assembleia Municipal e fazem parte do original desta acta em anexo)

Presidente da Câmara:

*“Penso que já apresentei as duas propostas, recordo só que a Quinta da Condessa são 130 mil contos, a área são 203.571 m<sup>2</sup>. A quinta da Médica são 43.725 m<sup>2</sup> e o preço são 165 mil contos. Eu penso que já em anteriores reuniões e nesta e hoje mesmo, expus os objectivos da Câmara em relação a esta aquisições e penso que todas as bancadas estão devidamente informadas e em condições de poder votar. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Eu nada tenho contra a aquisição de património por parte do município, mas tenho algo contra, porque me bato pelo dever da Câmara, de fundamentar devidamente, as suas propostas. E, tenho presente aqui, em relação à aquisição da Quinta da Condessa de Taboeira, cujo único fundamento, é que o negócio poderá ser favorável atendendo à área e com o único objectivo de colocar a implantação de uma quinta pedagógica a funcionar nas áreas da agricultura e pecuária, para servir de pólo de visita a todas as escolas do concelho. Eu pergunto se é só por este motivo que a Câmara propõe a aquisição desta quinta?”*

Presidente da Mesa:

*“Só para avisar os Senhores Membros desta Assembleia, que se alguém for embora (o que pode fazer no seu pleno direito) ficamos sem quorum e imediatamente suspenderei os trabalhos.”*

Presidente da Câmara:

*“Eu expliquei (pode-me ter escapado) que a Quinta pode ter uma utilização polivalente, designadamente para essa ideia da Quinta pedagógica, mas também para habitação social, para o horto municipal, para um centro de recepção da Câmara, onde a Câmara poderá organizar iniciativas de vária ordem. Aquilo 215.000 m2 a 500\$00 o metro quadrado. Penso que é ótimo para a Câmara.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Sr. Presidente, gostaria primeiro de realçar que do PS, estão na sala apenas cinco elementos, de catorze. Penso que é muito pouco, o apoio que neste momento a Câmara Municipal de Aveiro tem na sua bancada e gostaria de lembrar que a oposição está a assegurar que os trabalhos da Assembleia possam prosseguir. Em relação à aquisição de bens, confesso que muito me surpreende a quantidade de bens que esta Câmara Municipal, tão endividada como está, continua a fazer. E mais, quando foi dito aqui nesta Assembleia, que a proposta de aquisição da Quinta da Condessa em Taboeira, é porque é uma oportunidade interessante! Isto é um argumento que pode ser usado pelas agências imobiliárias - e normalmente é - e esta Câmara por aquilo que tenho visto está-se a tornar numa autêntica agência imobiliária de compra e venda de terrenos! Esta proposta é realmente interessante, os herdeiros são muitos, não se entendiam, o preço está barato, de maneira que vamos comprar e depois vamos ver quais são as valências que lhe vamos dar ( e foram encontradas algumas que são de ter em conta). Mas, são de ter em conta de a Câmara tivesse numa situação folgada, se tivesse muito dinheiro. Na situação actual em que a Câmara está, parece-me, que são investimentos a mais com estes propósitos. Mas mais uma vez eu gosto de lembrar, que estamos numa fase de benefício de dúvida em relação à Câmara Municipal, de maneira que os investimentos é o Sr. Presidente da Câmara que os tem de assumir e não gostava de nesta fase ainda do mandato, de sermos nós oposição, a travarmos aquilo que o Senhor Presidente considera de investimentos prioritários. Agora, eu gostava é que este investimento fosse com os propósitos que o Sr. Presidente da Câmara enuncia e não que aconteça como em anteriores mandatos, em que os investimentos e as compras dos terrenos serem para um fim e depois a realidade mostrar-nos que era para outro. De maneira que dou o benefício da dúvida à aquisição deste terreno. Acho que é supérfluo mas a responsabilidade é sua Sr. Presidente da Câmara. Muito obrigado.”*

Vogal João Maia:

*“Muito rapidamente. Eu congratulo-me por esta aquisição. Já foi várias vezes intenção de Câmaras anteriores, nunca foi conseguida, e eu conheço a Quinta e ela é maravilhosa. Existem lá espécies arvóreas com centenas de anos e seria bom que um técnico qualificado identifica-se essas espécies. Muito obrigado.”*

Presidente da Mesa:

*“Não há mais ninguém inscrito? Vamos votar a proposta de aquisição de bens, concretamente a Quinta da Condessa e a Quinta da Médica, podem haver perspectivas diferentes, por isso vou colocar à votação em separado.”*

Colocada à votação a alínea a) do ponto n.º2 da ordem de trabalhos - Quinta da Condessa de Taboeira - veio a mesma a ser aprovada por maioria de catorze votos a favor (6PS+8PP) e sete abstenções (6PSD+1PCP)

Continuando, colocou à votação a alínea b) do ponto n.º2 da ordem de trabalhos - Quinta da Médica - sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Não se verificando mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, convocando nos termos regimentais, a próxima reunião da presente sessão para dia 04 de Janeiro de 1999, pelas 18:00 horas.

Eram 01:00 horas do dia 31 de Dezembro

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.